

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Francine Lima Dal Soto

**UM ESTUDO HISTÓRICO DA ECONOMIA BOLIVIANA: INÍCIO PRIMÁRIO
EXPORTADOR, A REVOLUÇÃO DE 1952 E A ABERTURA DE MERCADO DOS
ANOS 1980**

Porto Alegre
2009

Francine Lima Dal Soto

**UM ESTUDO HISTÓRICO DA ECONOMIA BOLIVIANA: INÍCIO PRIMÁRIO
EXPORTADOR, A REVOLUÇÃO DE 1952 E A ABERTURA DE MERCADO DOS
ANOS 1980**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Heloísa Lenz

Porto Alegre

2009

Francine Lima Dal Soto

**UM ESTUDO HISTÓRICO DA ECONOMIA BOLIVIANA: INÍCIO PRIMÁRIO
EXPORTADOR, A REVOLUÇÃO DE 1952 E A ABERTURA DE MERCADO DOS
ANOS 1980**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Heloísa Lenz

Aprovada em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2009, com o conceito/nota: _____.

Prof^a. Dr^a. Maria Heloísa Lenz, UFRGS, orientadora

Prof. Dr. Eugênio Lagemann, UFRGS

Prof. Dr. Julio Cesar de Oliveira, UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela oportunidade de estudar numa universidade de qualidade e gratuita. Aos meus pais Ruben e Vanice, que sempre me incentivaram a estudar não só pelo retorno profissional, mas pelo crescimento pessoal que os estudos proporcionam. À minha mãe de criação Zinha, que me mostrou como superar as dificuldades e não desistir de uma vaga na UFRGS. À minha irmã Kaká, meu exemplo de aplicação e empenho nos estudos. E por fim, mas não menos importante, à minha professora orientadora Maria Heloísa Lenz, pela dedicação e excelente contribuição para a elaboração deste trabalho de conclusão.

RESUMO

A presente monografia foi elaborada com o objetivo de analisar os primeiros resultados na economia boliviana após a abertura de seu mercado na década de 1980. A América Latina adota, nesse período, políticas econômicas diferentes das experimentadas até então, para tentar salvar a economia da crise financeira que vivencia. Superar a inflação e a crescente dívida externa são alguns dos objetivos almejados pela Bolívia. Para complementar e justificar a situação do país na década e 1990 uma explanação da história político-econômica recente é feita. Através dos fatos ocorridos na Revolução de 1952 e da composição étnica do país é montado o cenário que o país vive no período de transição em meados dos anos 1980. Também são apresentados fundamentos e motivos para justificar a situação do país na década de 1990.

Palavras-chave: Bolívia - crise 1980 - liberalização mercados – Revolução 1952

ABSTRACT

This monograph was developed with the aim of analyzing the first results in Bolivian economy after the opening of its market in the 1980s. Latin America adopts this period, economic policies than those previously experienced, to try to save the economy from the financial crisis they are experiencing at the moment. Surpass the inflation and the growing external debt are some of the goals pursued by Bolivia. To complement and justify the situation in the country and in the 1990 an explanation of the recent social and political history is made. Through the events in the Revolution of 1952 and the ethnic composition of the country is mounted on the scenario that the country is in the transition period in the mid-1980. Are also presented elements and reasons to justify the situation in the country in the 1990s

Key-words: Bolivia – crisis – liberalization markets – Revolution of 1952

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estatísticas sociais básicas para países latino-americanos selecionados e outras regiões em desenvolvimento, 1970-2000

Tabela 2. América Latina: Indicadores Sociais (taxas anuais de crescimento e índice)

Tabela 3. O subemprego como percentual da população economicamente ativa em 1980

Tabela 4. PIB real *per capita*

Tabela 5. Bolívia: Dívida Externa Pública.

Tabela 6. Principais produtos de exportação da Bolívia

Tabela 7. Desempenho recente da economia boliviana: indicadores selecionados

Tabela 8. Desempenho recente da economia boliviana: indicadores selecionados

Tabela 9. Bolívia: distribuição da atividade principal da população de acordo com o sexo

Tabela 10. Indicadores de inserção externa de economias selecionadas 1990 - 2001

Tabela 11. Políticas de Reforma Estrutural

SUMÁRIO

INDTRODUÇÃO	9
1 EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	11
1.1 Modelo Exportador-Primário	11
1.2.1 A crise da dívida em 1980 e o ajuste estrutural	14
1.2.2 O Consenso de Washington.....	18
2 BOLÍVIA DA DÉCADA DE 1950 A 1980	22
2.1 A Revolução de 1952	22
2.1.1 Antecedentes imediatos e as forças políticas da Revolução	22
2.1.2 As jornadas revolucionárias de abril e a formação do governo	25
2.1.3 A consolidação da revolução.....	28
2.2 1982: a redemocratização do país	30
3 BOLÍVIA ANOS OITENTA.....	33
3.1 A mudança para o novo paradigma econômico.....	33
3.1.1 Hiperinflação e estabilização	39
4. BOLÍVIA PÓS 1990: FIM DO AUGE ECONÔMICO.....	42
4.1 Contração econômica nos anos 1990	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
APÊNDICE.....	60

INTRODUÇÃO

A Bolívia é um país de 9,6 milhões de habitantes com PIB de US\$ 12,9 bilhões. Com 1.098.581 km² de extensão territorial, localizada no interior do continente da América do Sul, entre a Cordilheira do Andes, sem saídas para o oceano, é um dos países mais pobres e desiguais do continente. Na classificação do Banco Mundial (2009) a Bolívia aparece entre as economias de renda média baixa e com endividamento moderado¹. Cerca de 2/3 da sua população é de origem indígena, excluída das decisões políticas, econômicas e sociais do país.

Nas décadas de 1970-1980 o mundo entra numa crise financeira e na América Latina não é diferente: instabilidade política, aumento das taxas de juros internacionais, conseqüente aumento da dívida externa, inflação descontrolada e outros problemas tomam forma nesse período. Acontecimentos tanto nas esferas social e política também alteram a configuração mundial: a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) em 1991. Para superar esse período de crise e retomar o crescimento, urge um novo modelo econômico para salvar as economias emergentes. Este novo modelo já se desenhava na Inglaterra com Margaret Thatcher e nos EUA com Ronald Reagan: o mercado auto regulado. Maior mobilidade do capital, menor participação do Estado e maior abertura do mercado compunham o alicerce desse novo paradigma.

É nesse cenário internacional que apresentaremos como a Bolívia comportou-se diante da crise econômica a partir da década de 1980. Através da análise causal, buscando as relações de causa-efeito sobre a situação atual do país, identificaremos as medidas e atitudes que foram tomadas e os seus efeitos na economia boliviana.

Essa monografia se divide em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. O Capítulo I dedica-se a fazer um panorama da trajetória da economia latino-americana a partir do período em que o modelo primário-exportador

¹ Nessa classificação o Banco Mundial leva em consideração o nível de endividamento (economias com mais de 80% do PIB ou acima de 220% do valor das exportações são classificadas como altamente endividadas). Quanto ao nível de renda ele classifica como renda média baixa entre US\$ 746 e US\$ 9.206, considerando-se o PIB *per capita* em 2001.

era o motor do crescimento econômico e que a América Latina atraía capital para investimentos. Trataremos também nesse capítulo, da mudança do modelo econômico após as crises da década de 1970, entre elas o *boom* nos preços do petróleo em 1973 e 1979, o novo papel do Estado e da nova dinâmica do capital entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No capítulo seguinte, será abordada a Revolução de 1952, um dos momentos mais relevantes na história político-econômico da Bolívia no século XX e o processo de redemocratização do país. Nessa revolução serão identificados alguns dos aspectos que justificam e motivam as mudanças na economia a partir da década de 1980, além de mostrar como a alternância de governos democráticos se deu após o país ter vivenciado quase cento e cinquenta golpes militares.

No capítulo III, o objetivo é montar um cenário dos anos 1980 para ser comparado com os resultados obtidos no decorrer da década de 1990. Será abordada a situação da sociedade e da economia boliviana antes e depois dos reajustes nas políticas econômica ocorridas no início desse período. Serão observados os mecanismos criados e adotados para tentar combater a crise, como por exemplo, a criação do Fundo Social, uma idéia inovadora para o período, bem como os primeiros resultados observados nesse período transição.

Por último, no Capítulo IV, a década de 1990 será o cenário para comparação com o período descrito no capítulo anterior. O fato da Bolívia ter sido um dos primeiros países na América Latina a abandonar o antigo modelo econômico, baseado na forte intervenção do Estado e aderir ao “novo paradigma” com a abertura dos mercados e mobilidade de capitais pode ter proporcionado ao país vantagens em relação aos países que somente no início dos anos 90 abriram seus mercados. Para tanto, serão utilizadas indicadores econômicos e sociais das economias de alguns países da América do Sul, além de dados da economia latino-americana como um todo. Através desse comparativo entre Bolívia e América Latina pretende-se apurar os avanços e retrocessos da economia boliviana após a mudança de paradigma.

1 EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

1.1 Modelo Exportador-Primário

A transformação do comércio internacional na segunda metade do século XIX, iniciada pela Revolução Industrial na Inglaterra, teve seus efeitos na América Latina. Em meio à difusão do progresso tecnológico, os países latino-americanos, a partir da década de 1840, inseriram-se nas novas linhas em expansão do comércio internacional. Segundo Celso Furtado (2000), três grupos de países exportadores se destacam nesse processo: a) países exportadores de produtos agrícolas de clima temperado, b) países exportadores de produtos agrícolas tropicais, e c) países exportadores de produtos minerais.

Neste último grupo estão: Bolívia, México, Peru e Chile. Para estes, a modernização dos meios de transporte, na segunda metade do século XIX, foi de suma importância, uma vez que a demanda por metais industriais aumentava nesse período. A produção artesanal foi substituída, gradualmente, pela produção em grandes unidades controladas por capital estrangeiro. A atividade mineira, como valor de fator de transformação direta das estruturas internas ficou, praticamente, reduzida a zero, considerando-se que era uma atividade capitalizada com controle estrangeiro e que utilizava pequena quantidade de mão-de-obra. Essa atividade não contribuiu para a criação de um mercado interno. Os seus efeitos positivos para a nação, só se tornaram evidentes quando o Estado interferiu, obrigando as empresas a adquirir parte dos insumos dentro do país e, através da cobrança de impostos, retendo parte da renda que antes era remetida ao estrangeiro (FURTADO, 2000).

A reorientação e o crescimento da economia internacional no século XX, de fato, colocaram a América Latina como uma personagem importante no cenário do comércio mundial. A demanda de exportações e o influxo de capitais ocasionaram alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas. Segundo Tavares (1977), nas nações da América Latina as exportações eram praticamente a única

componente autônoma do crescimento da renda, assim como o setor exportador era o centro dinâmico de toda a economia.

O crescimento econômico estava muito atrelado ao setor agrícola-exportador, e a reduzida atividade industrial e a agricultura de subsistência não seriam suficientes para dar dinamismo à economia doméstica. Essa maneira de crescer “para fora”, segundo a autora, deixava suscetíveis os países latino-americanos aos “choques” externos e a dependência pela demanda de produtos primários. A tecnologia do vapor e as transformações dos meios de transporte com o uso do ferro contribuíram para que o continente passasse a desempenhar um papel cada vez maior no atendimento a demanda por produtos das zonas temperadas e tropicais; cerca de 62 milhões de pessoas emigraram da Europa e da Ásia para as Américas (THORP, 2000). Em 1913, sua participação nas exportações mundiais de cereais representava 17,9%, na de produtos pecuários 11,5%, na de bebidas (café, cacau, chá) 62,10%, na de açúcar 37,6% e na de legumes cerca de 14,2%.

Exemplo disso encontra-se a Bolívia que, apesar de possuir um setor exportador relevante, não converge para o avanço da industrialização. Neste caso, apresenta-se uma economia mineira de exportação, que utiliza parcela ínfima de mão-de-obra; a infra-estrutura criada para a economia mineira não teve grande significação para as demais atividades econômicas; ou seja, o setor exportador representava os setores tradicionais sem que os trabalhadores usufríssem dos benefícios do aumento da produtividade (FURTADO, 2000).

Na Bolívia, nos três decênios até a Depressão, a prata e a borracha é que se destacavam na sua economia e por razões de mercado acabaram perdendo a importância que representavam, em contra partida: a produção de estanho cresceu vertiginosamente devido à indústria de conservas nos Estados Unidos e na Argentina. Em 1900, a Bolívia produzia 11% do total mundial e em 1920, 20 %. Entretanto, os efeitos mais amplos do estanho foram limitados. A localização geográfica da Bolívia - sem saída para o oceano desde que perdera a Guerra do Pacífico para o Chile - e a instabilidade política prejudicaram os benefícios da produção de estanho (THORP, 2000, p. 75).

De 1914 a 1945, as economias latino-americanas passaram por transformações significativas, duas grandes guerras mundiais e a Depressão de 1929 marcaram o período de transição do Modelo Primário-Exportador para o

modelo, segundo Tavares (1977), de desenvolvimento “para dentro”. Embora as duas guerras tenham aumentado a demanda por exportações, a “loteria” dos produtos foi essencial, pois enquanto no caso dos minerais houve um *boom*, nos produtos que dependiam de consumo na Europa e eram perecíveis, como por exemplo, cacau e banana, houve grande prejuízo neste período. Os influxos de capital foram interrompidos de forma desigual durante a Primeira Guerra e retornaram ao continente latino-americano em forma de empréstimos vultosos no período da Grande Depressão. O colapso do padrão ouro durante a 1ª GM possibilitou aos EUA tornar-se o eixo principal da economia mundial, em substituição a Grã-Bretanha, que era a única nação a praticar, deliberadamente, o livre comércio, em oposição à atitude protecionista americana e outros países da Europa (Cárdenas, Ocampo, Thorp, 2000, p. 5).

Embora as turbulências na Europa tenham afetado o setor externo das economias na América Latina, os efeitos não chegaram a permitir um mergulho em depressão prolongada. Cada economia foi afetada de acordo com seu grau de integração com a divisão internacional do trabalho e da natureza dessa integração. Os mais afetados foram os países exportadores de produtos minerais, em decorrência da baixa de preços e de volume físico (FURTADO, 2000).

O desequilíbrio gerado motivou a tomada de atitudes restritivas e de controle nas importações por parte dos governos a fim de se defender dos efeitos da crise do comércio internacional. É nesta política defensiva que o processo de industrialização encontra seu apoio: manutenção da renda interna. A queda no nível de exportações trouxe imediata contração na capacidade de importação, cerca de 50 %. A demanda manteve-se, relativamente, nos mesmos níveis, porém os produtos importados tiveram seus preços relativos aumentados possibilitando a substituição interna destes produtos. De início, foram sobreutilizadas as capacidades já existentes, posteriormente, as divisas, mesmo escassas naquele momento, foram direcionadas a obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas essenciais para a continuidade do processo de substituição (TAVARES, 1977, p.32).

Contudo, o setor externo não deixou de ser importante na composição da renda, mas teve sua importância na diversificação da constituição da estrutura produtiva. A mudança das exportações como variável exógena de crescimento pela variável endógena de investimento, foi decisiva para a afirmação da indústria

nascente nacional. Porém, somente as atividades ligadas diretamente a esta é que passaram por transformações relevantes, ficando o setor primário fora destas mudanças na estrutura.

1.2 Liberalização dos mercados e a reforma do Estado no final do século XX

1.2.1 A crise da dívida em 1980 e o ajuste estrutural

Na década de 1980, a chamada crise da dívida, foi um período de adversidades que muitas economias em desenvolvimento viveram. Nesses anos, o financiamento externo era racionado e os termos de troca tiveram uma piora significativa. Para a América Latina, isso resultou na transferência vultosa de recursos para o exterior através do pagamento da dívida externa. O desgaste do dólar como moeda principal para manter as taxas cambiais fixas (acordo de Bretton Woods), a segunda crise do petróleo em 1979 e a moratória do México foram indicativos de que o modelo econômico vigente desde os anos 1960 e 1970 já não era viável. Abriu-se o precedente então, para um novo modelo e/ou paradigma econômico mundial (THORP, 1998, p. 217).

Em 1973, o choque do petróleo aprofundou a dependência dos países latino-americanos em relação ao crédito. Os ganhos provenientes das exportações de petróleo eram depositados nos bancos comerciais dos países desenvolvidos. A alta no preço internacional do petróleo provocou uma recessão nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), reduzindo a demanda por crédito. A liquidez nesse período era tão alta que os banqueiros se dispunham a emprestar aos países em desenvolvimento. A situação nessa época era supostamente favorável aos importadores de petróleo, pois contavam com os preços das *commodities* em alta e acreditavam que a tomada de empréstimos era temporária, somente para escapar aos ajustes de suas economias.

Entre 1979 e 1981, o cenário internacional já mostrava fortes sinais de que a crise estava por explodir. Os países desenvolvidos como os EUA e os da OCDE implementaram políticas restritivas ao crédito e aumentaram as taxas de juros,

conseqüentemente, os países da América Latina tiveram suas dívidas externas aumentadas e os refinanciamentos já não eram automáticos (CARDOSO,1993).

A ordem econômica internacional após 1979 configura-se, possuindo como elemento central, num elevado grau de mobilidade dos capitais. Essa configuração traduziu-se no aumento contínuo das transações cambiais e dos fluxos de capitais internacionais, ocorrendo uma crescente autonomia do movimento de capitais diante das necessidades de financiamento dos países (CARNEIRO, 2002, p. 116).

De acordo com esse autor, a mais importante razão para o impulso à globalização e à substituição da ordem regulada de Bretton Woods foi a mudança dos personagens-chave no cenário internacional. Os Estados Unidos perdem, temporariamente, a sua liderança e hegemonia tecnológica e comercial, para retomá-la utilizam seu poderio financeiro apoiado no uso do dólar como moeda de reserva pelo sistema internacional. No caso da Inglaterra, sua relevância no sistema internacional foi retomada através da ampliação de sua praça financeira *off-shore*.

Ratificada por Tavares & Melin Apud Carneiro (2002), a hegemonia americana teria ocorrida após uma década de extrema fragilidade durante os anos 1970. A transnacionalização dos capitais americanos no pós-guerra criou fortes competidores fora dos EUA, deteriorando progressivamente sua hegemonia produtiva e comercial. O instrumento principal da retomada dessa hegemonia foi a elevação da taxa de juros ao final de 1979, que obrigou os demais países avançados a duas atitudes: a obtenção de superávits comerciais para financiar os déficits da conta capital e a formulação de políticas monetárias e fiscais restritivas para absorver a absorção doméstica.

A reafirmação da hegemonia do dólar pode ser definida em termos das características da sua moeda. Pelo fato dos EUA serem a potência dominante em termos políticos e militares e possuírem os mercados financeiros mais amplos e profundos, a moeda americana constitui a principal reserva de valor da riqueza financeira global. Por essa razão, a desregulação e a liberalização dos mercados financeiros nos países centrais [...] fazem-se acompanhar de uma crescente denominação, em dólar, das operações em outros países [...] (CARNEIRO, 2002, p. 118).

Fazendo-se uma avaliação da primeira etapa dessa globalização observa-se a exclusão dos países em desenvolvimento, em especial a América Latina. No

período da década de 80, houve um drástico racionamento do financiamento externo, desta forma, o financiamento adicional esteve condicionado à participação do aval de instituições multilaterais, principalmente FMI e o Banco Mundial.

Como é sabido, após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, o Estado assume um novo papel na economia das nações: o de dirigista com a finalidade de promover a industrialização com a base na substituição de exportação, proporcionando uma interligação maior dos mercados. Ao mesmo tempo em que esse processo e a nova maneira do Estado atuar favoreciam as economias, criou-se, também, algumas distorções, como por exemplo, alterações no sistema de preços relativos, alocação ineficiente dos recursos públicos, baixa produtividade entre outras. Já na década de 1970 percebia-se que esse modelo não era mais eficiente para promover o desenvolvimento e crescimento econômico. A crise chegou e em meados dos anos 1980 as reformas fizeram-se necessárias, entre elas a institucional.

Em meio à conturbada situação que o mundo vivia no início da década de 1980, a solução parecia não estar tão distante, pelo menos é o que os Estados Unidos e o FMI acreditavam. A filosofia do “ir levando” baseava-se na recuperação da economia mundial e que esta aumentaria a demanda por exportações, além disso, os preços dos produtos primários voltariam a subir e as taxas de juros reais retrocederiam. Outra premissa dessa filosofia era que os países devedores voltariam a receber empréstimos voluntários à medida que ajustes internos ocorressem. No entanto, as projeções dos Estados Unidos e do FMI não se concretizaram. Os empréstimos voluntários não retornaram, os preços das *commodities* não recuperaram seu nível de preços e as taxas de juros reais não caíram tanto quanto era desejado (CARDOSO, 1993).

Com o agravamento dessa crise nos anos 1980, surgiram os Programas de Ajustes Estruturais (PAEs)² numa tentativa da comunidade internacional buscar contornar essa situação. Afundados em dívidas e sem condições de pagá-las, os países da periferia tornaram-se dependentes do FMI e do BM para financiá-las e manter as linhas de crédito comercial. Para Glavanis (2002), a década de 80 sinalizava uma mudança na teoria e prática desenvolvimentista: com o FMI e o BM como formuladores de estratégia desenvolvimentistas para muitas sociedades em

² A sigla PAEs corresponde à tradução da sigla SAPS do termo inglês: *Structural Adjustment Programmes*.

desenvolvimento. A difusão de aspectos da teoria neoclássica ocorrida neste período consistiu em dois desenvolvimentos paralelos:

- (i) Na esfera da formulação de política econômica: o surgimento de um paradigma intelectual com o foco no “minimalismo do Estado”, e
- (ii) FMI e BM adotam este novo paradigma como política de desenvolvimento nas suas práticas de empréstimos aos países em desenvolvimento.

De acordo com este novo paradigma intelectual, o subdesenvolvimento se deve principalmente à fraca alocação dos recursos, o que é um resultado de políticas de preço incorretas, devido às constantes intervenções estatais. Para os teóricos neoclássicos o Estado dirigista distorce o mercado e diminui o ritmo de crescimento econômico, portanto, contrastando com o paradigma de dependência vivido nos anos 60 e 70, estes autores afirmam que a intervenção pesada do Estado nas sociedades reproduz o subdesenvolvimento. A solução então, não estaria em uma reforma da economia internacional, nem no planejamento desenvolvimentista mais efetivo. Em vez disso, os teóricos neoclássicos defendem uma economia *laissez-faire*, em especial, o estabelecimento e a consolidação de governos liberais, que permitam ao mercado guiar a alocação dos recursos e estimular o desenvolvimento econômico (GLAVANIS, 2002, p. 17).

Alternativamente, a autora Cardoso (1993) afirma que apesar do controle da hiperinflação, após a adoção de um programa ortodoxo para a economia, o desenvolvimento real não melhorou, nem a taxa de investimento se elevou entre 1986 e 1989, quando correspondia a 10% do PNB. Para a autora, nem a ortodoxia, nem a heterodoxia tem um programa a oferecer que atenda plenamente todas as necessidades para a estabilização e desenvolvimento consistente no longo prazo. Para que os países latino-americanos usufruam dos benefícios do desenvolvimento, é necessário o investimento na melhoria da produtividade e capacitação dos trabalhadores, através de educação, serviços públicos mais confiáveis e inversões em tecnologia e em equipamentos. Além disso, uma estratégia compatível com o objetivo de desenvolvimento seria a adoção de taxa cambial realista, racionalização

dos gastos governamentais, assim como incentivos à exportação e à substituição de importação.

1.2.2 O Consenso de Washington

Foi durante a crise da dívida que John Williamson e Pedro-Pablo Kuczynski elaboraram uma agenda de reformas voltada para a América Latina (o trabalho era intitulado de *Toward Renewed Economic Growth in Latin América* ou Rumo à Retomada do Crescimento Econômico na América Latina).

Nessa agenda proposta em 1989, Williamson e Kuczynski (2004) defendiam taxas de câmbio competitivas com o objetivo de incentivar o crescimento das exportações, a liberalização das importações, o aumento da poupança interna para financiar o investimento e a redução do papel do Estado. Este deveria voltar suas ações para os serviços públicos básicos e atender às necessidades para a manutenção da estrutura da atividade econômica.

Quando publicado esse trabalho, não se obteve grande adesão por parte dos estudiosos americanos, nem dos latino-americanos. Para esclarecer então às dúvidas levantadas, o Instituto de Economia Internacional organizou um seminário na cidade de Washington para avaliar até que ponto os países do continente latino-americano tinham adotado as diretrizes sugeridas por Williamson e Kuczynski. Para isso, Williamson dividiu o plano da agenda em dez pontos:

1. Déficits orçamentários: deveriam ter o menor patamar possível, a fim de não serem financiados pelo recurso do imposto inflacionário;
2. Gastos públicos redirecionados: alocação dos recursos públicos em áreas e projetos que trouxessem retorno econômico proporcional ao seu investimento, e que também trouxessem resultados numa melhor distribuição de renda;
3. Reforma tributária: focando o aumento da base tributária;

4. Liberalização financeira: objetivando a determinação da taxa de juros pelo mercado;
5. Taxa de câmbio unificada: capaz de induzir o aumento rápido nas exportações não-tradicionais;
6. Restrições comerciais quantitativas: posteriormente, seriam substituídas por tarifas que, regressivamente, diminuiriam até o patamar de 10% a 20%;
7. Investimento estrangeiro direto: liberalização das barreiras que impediam a livre circulação do capital;
8. Privatização: empresas estatais deveriam ser vendidas ao setor privado;
9. Regulamentação para entrada de novas empresas: liberalização para a entrada de novas empresas, mesmo que isso gere competição entre elas;
10. Direitos de propriedade: especialmente para o setor informal.

Em 2000, novamente reuniram-se Williamson e Kuczynski, juntamente com uma comissão de autores, para reavaliar a situação da América Latina. Durante esse intervalo da apresentação do Consenso de Washington até os anos 2000, observaram-se diferentes desempenhos econômicos entre os países latino-americanos. Embora inúmeras críticas tenham sido feitas ao conjunto de idéias da agenda, nem fracasso generalizado, nem aplicação integral da agenda foi constatada.

Na tabela a seguir, são apresentados alguns indicadores sociais de forma comparativa entre as últimas décadas. No início dos anos 1990, a América Latina apresentou uma relativa diminuição da pobreza comprovada pelo aumento da expectativa de vida e das taxas de alfabetização e diminuição da mortalidade infantil. Desde a década de 1970, verifica-se uma tendência crescente na melhora desses indicadores. No entanto, o crescimento permanece muito lento e com a explosão das crises financeiras a partir de 1994, esses índices sociais voltaram a piorar significativamente.

Tabela 1. Estatísticas sociais básicas para países latino-americanos selecionados e outras regiões em desenvolvimento, 1970-2000.

Países ou região	Taxa de alfabetização				Expectativa de vida				Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)			
	(%)				(anos)							
	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000	1970	1980	1990	2000
Argentina	93	94	96	97	67	70	72	74	52	35	25	17
Brasil	68	76	81	85	59	63	66	68	95	71	48	32
Chile	88	82	94	96	62	69	74	76	77	32	16	10
Colômbia	78	84	89	92	61	66	68	72	70	41	30	20
México	75	82	78	91	62	67	71	73	73	51	36	29
Peru	72	80	86	90	54	60	66	69	108	81	54	32
Venezuela	76	84	89	93	65	68	71	73	53	36	25	19
América Latina e Caribe	74	80	85	88	61	65	68	70	84	61	41	29
Ásia Oriental e Pacífico	55	68	79	86	59	64	67	69	79	57	44	36
Europa e Ásia Central	94	95	96	97	-	68	69	69	-	41	28	20
Oriente Médio e Norte da África	30	42	54	65	52	58	64	68	134	98	56	43
Ásia Meridional	32	39	47	55	49	54	59	62	139	119	87	73
África Subsaariana	28	38	50	62	44	48	50	47	138	116	103	91
Países em Desenvolvimento	53	62	69	75	55	60	63	64	108	88	67	59

Fonte: Banco Mundial, *Indicadores Mundiais de Desenvolvimento*.

- = Dado não disponível.

De forma resumida, as recomendações originais de Williamson (2004) abordam dois aspectos básicos: na esfera macroeconômica, políticas fiscal e cambial prudentes; na esfera microeconômica, privatizações, estímulo à concorrência, reforma tributária e financeira. Partindo-se dessas duas premissas, Williamson diagnosticou três motivos para o insucesso da economia latino-americana no período pós Consenso de Washington:

1. Sucessão de crises: México no final de 1994, Ásia Oriental, Rússia, Argentina e Brasil. A sobrevalorização da moeda através do ingresso de capital foi prejudicial às economias emergentes, tornando-as vulneráveis às paradas de entrada de capitais;
2. Reformas incompletas: algumas reformas foram abandonadas, como por exemplo, aquelas que se referiam ao mercado de trabalho, que acabaram por acarretar um mercado informal crescente. E aquelas que se tratavam das reformas fiscais que através de superávits orçamentários não permitiam gastos nos momentos ruins.
3. Objetivo da política de formação limitado: a política permaneceu concentrada no crescimento, mas não na equidade junto com o crescimento. Na América Latina, onde o abismo entre ricos e pobres é imensamente maior que nos países “industrializados”, só o crescimento econômico não é suficiente para diminuir esse hiato, uma redistribuição de renda é necessária para a redução da pobreza.

Com este diagnóstico apresentado, Williamson e o grupo de autores formularam uma nova agenda para a América Latina, visando, principalmente, reduzir a vulnerabilidade às crises e a redução à volatilidade do capital.

2 BOLÍVIA DA DÉCADA DE 1950 A 1980

2.1 A Revolução de 1952

2.1.1 Antecedentes imediatos e as forças políticas da Revolução

A Bolívia, hoje, é um país com pouco mais de 9 milhões de habitantes, na época da revolução, eram, aproximadamente, 3 milhões de habitantes, localizada no interior do continente latino-americano sem saídas para o oceano. A Guerra do Pacífico (1879), disputa pelo deserto do Atacama entre Argentina, Chile, Peru e Bolívia, deixou grandes conseqüências negativas para a economia boliviana. Peru e Chile conseguiram resolver, definitivamente, as pendências desta guerra em 1999, porém, a economia boliviana ainda amarga os resultados da perda da saída para o oceano Pacífico. Outro conflito internacional foi a Guerra do Chaco (1932-35) contra o Paraguai, em defesa da região petrolífera em que também acabou derrotada, desencadeando lutas em defesa do nacionalismo, contudo, sem resultado. (WASSERMAN, 2004).

Pode-se entender em uma tentativa de resposta aos “fracassos” bélicos anteriores, o nacionalismo revolucionário de 1952 tomou conta do discurso estatal e do desejo da população.

O Estado de 1952 foi um projeto destinado a instituir uma comunidade cultural – a nação boliviana-, através de um processo de homogeneização cultural que foi imaginado como uma síntese entre as culturas indígenas e a cultura ocidental. (WASSERMAN, 2004).

Marmeto Urriolagoitia, presidente naquele momento, admitiu o esgotamento político do seu governo que sofria forte pressão à greve de 1950 e marcou eleições para 14 de maio de 1951. Concorriam nesta eleição: o MNR com o candidato Víctor Paz Estensoro, o PURS (Partido de la Unión Republicana Socialista) com Gabriel Gonsalves e o PIR (Partido de la Izquierda Revolucionário) com J. Arze. O MNR obteve 54.049 votos, enquanto o PURS obteve 39.940, contra 5.170 votos do PIR,

num universo de 211 mil eleitores, porém somente 105 mil votaram. Para a legislação eleitoral, como Estensoro não obtivera a maioria absoluta, a decisão final estava nas mãos dos parlamentares. Nesse momento, um golpe militar de direita afastou Urriolagoitia e uma Junta Militar, liderada pelo general Hugo Bollivián, assumiu o poder. Até então, a votação do MNR e do PIR, juntas, não tinham superado à votação do PURS, isso demonstrou o enfraquecimento da burguesia boliviana e mostrou que era necessária uma reforma política para garantir a continuidade da velha ordem dos grandes mineradores e proprietários de terra. (ANDRADE, 2007)

A população não aceitou tal situação e, com o apoio da facção *villaroelista* das Forças Armadas e dos mineiros organizados da *Central Obrera Boliviana* (COB) colocou Victor Paz Estenssoro no poder em 1952. No comando do poder executivo até 1956, Estenssoro foi o responsável pelas principais conquistas da revolução: reforma agrária, limites na formação profissional e na ação das Forças Armadas, expropriação das empresas estrangeiras de estanho e petróleo, entre outras medidas. CUNHA (2004)

Segundo Cunha (2004), não é exagero afirmar que a “Bolívia herdada da Revolução de 1952 era um caso extremo de capitalismo de Estado”. Direta, ou indiretamente, o Estado estava ligado a grande maioria dos setores produtivos, indústria e serviços. Exemplos da presença do setor público foram: a Empresa Nacional de Eletrecidad (ENDE), a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e o Banco do Estado. (CUNHA, 2004).

A partir de 1952, o MNR e a COB tornam-se os personagens principais do cenário político boliviano. Representantes da classe média, Paz Estenssoro, José Cuadros Quiroga e Carlos Montenegro eram alguns dos socialistas independentes fundadores do partido MNR em 1941, que representavam os antigos combatentes da Guerra do Chaco e setores jovens do antigo *sillismo*³. Embora o MNR tenha possibilitado a existência de outros partidos e organizado um sistema político e

³ Hernán Siles Suazo, governante que nos anos 1920, liderou a luta contra as oligarquias.

governo por meio de um estado de direito democrático, na prática, duas forças dominavam o cenário político: a COB e o próprio MNR.

Segundo Wasserman (2004), até o final dos anos 1950 estes dois protagonistas formavam uma espécie de aliança: de um lado os militares e o partido do Estado (MNR), de outro, os sindicatos e sua organização federativa, a COB. Entretanto, esta aliança foi desfeita marcando o início de instabilidades e graves conseqüências ao sistema político. A COB nunca conseguiu se unir, nem manter um conjunto de idéias comuns, ainda que compartilhe de conceitos marxistas/leninismo. Por sua vez, no MNR, o discurso dominante era o do “nacionalismo revolucionário” que apoiado nas Forças Armadas, reorganizadas desde 1953, conseguiram assumir o poder. Essa situação condicionava os dois partidos a trilharem caminhos paralelos caso quisessem chegar ao poder. Dada esta situação política, em que as duas forças políticas de maior representatividade no país, não são diretamente instituições políticas, não havia condições de existir democracia.

No poder do país, a classe proprietária boliviana sobrevivia sobre bases políticas e econômicas extremamente frágeis e estáticas no início da década de 1950. No campo, a estrutura era muito concentrada e improdutiva: 6% dos proprietários detinham 92% das terras e cultivavam apenas 1,5% de sua extensão; enquanto os 60% dos proprietários que possuíam 0,2% das terras, cultivavam cerca de 54% de suas áreas. O setor industrial, pequeno e improdutivo, empregava apenas 4% da população economicamente ativa. Até mesmo o setor minerador, o principal da economia boliviana, estava defasado - necessitava de investimentos em equipamentos e em novas pesquisas geológicas - o que tornava o estanho boliviano o mais caro do mercado internacional. Este cenário econômico degradado piorava a imagem da classe burguesa que, ao final da Segunda Guerra Mundial, sofria intensa pressão política americana. O resultado dessa situação foi o enfraquecimento dos instrumentos institucionais tornando o Estado cada vez mais dependente da violência e da opressão. Enfraquecida e com seus partidos políticos esvaziados de credibilidade política e social a burguesia perde coesão interna, enquanto do outro lado milhares de mineiros, camponeses, operários urbanos e uma pequena burguesia crescentemente insatisfeita tornavam-se cada vez mais coesos e concentrados na idéia de ruptura radical com a situação vivida no país. A plataforma desta oposição à burguesia baseava-se em dois pilares: democracia e defesa da

soberania nacional. Esse ambiente nacionalista e democrático era atravessado por duas orientações políticas distintas: os *trotkistas* do POR que defendiam uma orientação revolucionária com perspectivas socialistas, e o MNR que propunha medidas reformistas nacionalistas nos moldes do capitalismo (ANDRADE, 2007, p. 68)

2.1.2 As jornadas revolucionárias de abril e a formação do governo

De acordo com Andrade (2007), o golpe de Estado arquitetado pelo MNR e por militares da própria junta de governo em 9 de abril não pode ser visto como o estopim de todo o processo revolucionário boliviano, mas como consequência do desgaste do aparato estatal e das crescentes contradições sociais. Tratava-se da consolidação da consciência coletiva revolucionária, formada pela atividade do POR e de outros partidos oposicionistas nos anos precedentes.

Os dias entre 9 e 11 de abril de 1952 representavam o ápice de um longo processo em que as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país. Suplantando os planos, os preparativos e as conspirações cotidianas da maioria dos grupos e dos partidos políticos, a massa revolucionária tornou-se a personagem central. É essa nova personagem central, de ações sincronizadas e espontâneas, que agiu e realizou, sem deixar muitos registros de suas pequenas ações, a grande insurreição de abril de 1952. Esse foi um dos motivos pelo qual o ano de 1952 foi um importante marco na política boliviana: a mudança de grau e de métodos da luta política e social na Bolívia.

As atividades conspirativas do MNR intensificaram-se no final do ano de 1951 e nos primeiros meses de 1952. Tratava-se de explorar e consertar as fissuras, cada vez mais evidentes, no interior da Junta Militar. A estratégia de tomada do poder pelo MNR orientava-se pela busca de uma recomposição política com base no próprio núcleo do aparato estatal, o que compreendia alianças e acordos com membros da Junta Militar. Essa escolha política revelava, em contrapartida, o distanciamento entre as expectativas políticas radicalizadas das amplas massas populares e o caminho de recomposição institucional e reformista traçado pelo comando político do partido.

O plano golpista original foi dirigido pelo comitê político do MNR com o general Seleme, chefe de polícia do regime. O conjunto do plano envolvia a entrega da presidência ao general Humberto Torres, chefe militar do governo, e alguns gabinetes ministeriais ao grupo fascista Falange Socialista Boliviana (FSB), que integrava e apoiava o regime. Contudo, nem o general Torres, nem os membros do FSB comprometeram-se integralmente com o plano. Restou, então, ao MNR submeter-se às imposições do general Seleme: ele próprio seria o presidente, o FSB participaria de seu governo e a conspiração deveria ser secreta.

Na manhã do dia 9 de abril, cerca de 2 mil carabineiros e diversos militantes do MNR armados tomaram os principais pontos estratégicos de La Paz. Em outras cidades, os preparativos também foram agilizados. O plano era tomar rapidamente o poder, sem derramamento de sangue, articulando o Exército, os policiais e os militantes do MNR. Contudo, o amplo apoio militar esperado não se concretizou. O general Torres manteve-se fiel à Junta Militar e agrupou cinco regimentos próximos à base aérea da região de El Alto de La Paz, ponto estratégico onde se pode ver e cercar toda a cidade. Por volta do meio-dia, o palácio do governo foi tomado pelos golpistas, embora toda a cidade estivesse cercada pelo Exército. No final da tarde deste mesmo dia, o Exército iniciava um grande ataque partindo do El Alto e da região sul da cidade. Do ponto de vista militar, as possibilidades de vitória dos golpistas se tornavam reduzidas, difundia-se a opinião de que a ação concretamente havia fracassado e a derrota seria questão de horas. No comando do MNR, a posição de recuar e abandonar o golpe começou a ganhar força logo após o general Seleme buscar asilo na embaixada do Chile e se retirar da luta (ANDRADE, 2007).

A noite do dia 9 de abril foi tensa, uma reunião com dirigentes do MNR ocorreu na Universidade San Andes, onde Siles Suazo propôs a rendição para evitar maior derramamento de sangue. Essa noite ficou conhecida como a “Noite Triste”, marcando o momento em que o golpe militar se transformava em revolução e em que as massas populares emergiram com energia e disposição para lutar contra o regime oligárquico. O movimento revolucionário de massas adquiriu dinâmica própria, acima das organizações políticas e sindicais tradicionais. Nos dias 10 e 11 La Paz estaria sob o comando coletivo de milhares de homens e mulheres anônimos e revolucionários. O movimento mostrava seu caráter revolucionário com a adesão maciça e decisiva dos operários e dos mineiros de La Paz; o que antes era um

movimento militar, agora, assumia um caráter cada vez mais social. Com a derrota do Exército nos dois principais centros políticos do país, terminava o antigo regime.

Siles Suazo assumiu interinamente a presidência, aguardando o retorno de Víctor Paz Estenssoro, que se encontrava exilado na Argentina. A cúpula dirigente do MNR ainda não tinha controle dos rumos do novo governo e era obrigada a fazer concessões: o setor do MNR liderado por Juan Lechín, mais ligado aos sindicatos mineiros, condicionava seu apoio ao novo governo à adoção de uma plataforma que incluía a reforma agrária, a nacionalização das minas, a dissolução do Exército e sua substituição por milícias operárias. (ANDRADE, 2007).

Em 15 de abril de 1952, Paz Estenssoro assumiu a presidência e já no primeiro ano de seu mandato mostrava os limites que seriam impostos aos revolucionários; a Falange Socialista Boliviana (FSB) surgiu da união dos partidos de direita e dos liberais; dentro do MNR surgiram divergências, especialmente pelo grupo de esquerdistas liderado pelo sindicalista Juan Lechín; o POR (composto por trotskistas) colocou-se numa posição crítica ao processo revolucionário (WASSERMAN, 2004). Segundo Andrade (2007), desde o início, duas políticas confrontaram-se na revolução: a dinâmica revolucionária e independente das massas, do outro lado, a ação desmobilizadora e institucional do governo no MNR. Mesmo com toda a oposição que vinha sofrendo, o MNR conseguiu eleger Hernán Siles Suazo como sucessor de Paz Estenssoro. Entre 1956 e 1960, Suazo diminuiu o ímpeto inicial da revolução, ele fazia parte da fração mais moderada do processo. Em 1960, Estenssoro retornou ao poder e com ele a tensão também. Novas lideranças surgiram no MNR ocasionando a criação do MNR Autêntico e, posteriormente, o Partido Revolucionário Autêntico (PRA). As Forças Armadas, no entanto, era o que mais preocupava e atrapalhava os planos de Estenssoro, por isso numa tentativa de conte-la, propôs a criação de uma Célula Militar no MNR.

De acordo com Wasserman (2004, p.322), a crise vivenciada pelo governo de Estenssoro se agravou com suas sucessivas tentativas de alterar a Constituição para que permitisse a reeleição presidencial. Esse momento conturbado proporcionou a deflagração de um golpe de estado militar liderado pelo General René Barrientos – um dos líderes das Células Militares criadas justamente por Estenssoro. Apoiado pelos camponeses, em 1966, Barrientos colocou na ilegalidade a COB e reprimiu com violência uma greve mineira.

Entre 1967 e 1971, Nestor Paz Zamora liderou guerrilhas esquerdistas e tentativas de implantação do socialismo, referendadas pela Assembléia Popular. Ao final de 1971, Zamora e Antônio Aranibar fundaram o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário) cujo objetivo principal era lutar contra o governo repressivo. Entre 1971 e 1978, um golpe anticomunista instalou-se na Bolívia e encerrou com o governo de Alfredo Ovando que tinha dificuldades em implementar suas medidas econômicas e em conter o movimento social de esquerda. Neste período de ditadura a Bolívia foi governada sob a mesma ótica das outras ditaduras na América do Sul:

O Estado era considerado protagonista central do processo econômico destinado a garantir investimentos públicos e privados, nacional ou estrangeiro; o capital estrangeiro recebeu benefícios anteriormente negados pelos governos populistas, mas a inversão pública foi maior que a privada, sendo responsável pela dinamização da economia. (WASSERMAN, 2004, p. 323).

2.1.3 A consolidação da revolução

Segundo Andrade (2007), a consolidação da revolução que, inicialmente foi desencadeada pela insurreição de massas populares baseadas no movimento operário, veio com as pressões internacionais e com as pressões institucionais do aparelho estatal, que permitiram ao MNR consolidar suas posições reformistas e conservadoras.

A Reforma Agrária boliviana foi conseqüência direta da pressão e mobilização camponesa, as iniciativas do governo foram respostas a um processo já em andamento e tiveram o objetivo de conter e limitar esse movimento. O MNR assumiu de fato a reforma agrária quando, perante as pressões de massa, a ala mais conservadora do partido perdeu força. Politicamente, a questão agrária foi utilizada como meio para que os camponeses constituíssem uma sólida base de apoio social ao governo, a fim de enfrentar a ameaça da antiga camada dirigente e a radicalização dos setores operários. O governo valeu-se de sua autoridade política para ganhar tempo, postergar decisões, prometer terras aos camponeses e remeter a decisão a uma comissão de especialistas. Como primeira medida criou-se uma

comissão técnica encarregada de elaborar um projeto de reforma agrária. Criada em janeiro de 1953, a Comissão de Reforma Agrária era composta não só por membros do MNR, mas também pelo dirigente do PIR Arturo Urquidi Morales, defensor de um desenvolvimento capitalista no campo, e pelo dirigente do POR Ernesto Ayala Mercado.

O tema da nacionalização das minas de estanho sempre esteve presente nos debates políticos do país. O MNR originalmente propunha estabelecer maior controle estatal sobre a exploração de minérios, sem questionar a propriedade ou a concentração. No entanto, após a insurreição de 1952 e a tomada do Estado pelo MNR, a reivindicação de nacionalização de toda a mineração com controle operário e sem indenização se popularizou. A tática adotada por Paz Estenssoro e Siles Suazo foi de postergar ao máximo as soluções, adotando-as parcialmente, de modo a reduzir os focos de pressões sociais e a pressão política americana – temia-se sofrer um novo boicote econômico, como ocorrera no período do governo da Junta Militar. A postergação da nacionalização permitiria ainda limitar as reivindicações originais do movimento operário. Embora a nacionalização de toda a mineração pudesse se inserir na perspectiva nacionalista e reformista do MNR, com certo grau de intervencionismo estatal, a mobilizações organizadas pelos mineiros possibilitariam uma dinâmica de luta política que o MNR talvez não pudesse controlar (ANDRADE, 2007, p. 101)

Em outubro de 1952, finalmente, as primeiras medidas efetivas começaram a ser adotadas. Neste ano, foi criada a Comibol (Corporación Minera de Bolívia) com a finalidade de preparar a exploração e a comercialização dos minérios. Em seguida, as empresas Patiño Hothschild e Aramayo foram ocupadas pelo Estado e no dia 31 de outubro de 1952 foi assinado o decreto de nacionalização. A Comibol tomou posse de 163 minas, que empregavam em torno de 29 mil homens. As grandes mineradoras seriam indenizadas pelo valor fixado de US\$ 27 milhões. O decreto não prejudicava as pequenas e médias mineradoras que passariam a receber incentivos do Banco Mineiro. Ele preservava um setor privado na mineração ao mesmo tempo em que concedia um poder limitado aos sindicatos mineiros. Além disso, paralelamente, foi criada a Lei de Investimentos que abriu várias concessões a empresas estrangeiras em outras áreas da mineração.

A nacionalização das grandes minas deu um novo fôlego e autoridade política ao MNR e abriu uma nova fase para o POR e o movimento social boliviano. O efeito imediato da nacionalização foi a volta do movimento de massas urbano e o fortalecimento da COB como centro do movimento revolucionário de massas, ficando assim facilitada a ação institucionalizada do governo MNR-COB.

2.2 1982: a redemocratização do país

A situação na Bolívia no final dos anos 1970, início de 1980, era extremamente conturbada, seja no campo político, social ou econômico. Entre 1971 e 1978, o país era governado pelo general Hugo Bánzer sob a mesma ótica da ditadura de seus países vizinhos: o Estado como agente principal no processo econômico destinado a garantir investimentos públicos e privados, nacional ou estrangeiro.

Hugo Bánzer implantou uma ditadura fortemente repressiva contra as organizações operárias e populares abrindo espaço, dessa forma, ao início do desenvolvimento de uma ideologia de resistência não mais baseada no sindicalismo camponês, mas agora, na realidade do camponês indígena. Esse movimento indígena teve seu início marcado pela elaboração do Manifesto Tiahuanacu, publicado em julho de 1973. Esse manifesto denunciava a exploração econômica e a opressão cultural e política dos povos indígenas (ANDRADE, 2007, p.167).

No campo econômico, Bánzer viveu o auge da economia de exportação: os preços do estanho e do petróleo aumentaram substancialmente neste período. Conquanto a dívida externa tenha aumentado, o PIB cresceu 6% ao ano, proporcionando um “milagre econômico”. A dinamização da economia também foi possibilitada devido ao novo tratamento dado ao capital estrangeiro, que recebeu benefícios antes negados pelos governos populistas, embora as inversões estatais tenham ocorrido em maior quantidade que a privada. Em 1978, o serviço da dívida e a sobrevalorização da moeda boliviana puseram fim ao milagre econômico que, somados às crises políticas (foram dez trocas de governos entre 1978 e 1982, sendo quatro golpes militares), tornaram o governo insustentável (WASSERMAN, 2004, p.

323). Nesse período de muitos governos, a base da economia, que antes era formada pelo estanho e pelo petróleo, agora, cede às exportações de coca. Segundo Thorp (1998), o ápice da era política deplorável ocorreu com o governo narcomilitar do general García Meza que assumiu a presidência de 1980 até 1982. Seu governo foi breve, pois a pressão internacional, através de acusações de conexão entre o governo e o narcotráfico, foi intensa. Nesse momento, a Bolívia, assim como toda a América Latina, estava envolvida na crise da dívida externa. Em 1982, o PIB decresceu 9,2% e os preços aos consumidores aumentaram 296,5%. Pelo lado social, a COB exigia aumentos salariais e a volta do controle operário das minas (ANDRADE, 2007, p. 170).

A partir de 1982, a Bolívia passa por uma transformação significativa no cenário político. Nesse processo de transição democrática, as organizações de direitos humanos, os sindicatos e os partidos políticos que haviam resistido aos governos ditatoriais foram os protagonistas. Empresários e camponeses, antes favoráveis à ditadura, também deram apoio nesse processo de transformação, pois se deram conta que um governo autoritário não iria resolver as questões econômicas, nem conseguiria conter as reivindicações e revoltas de outras classes, que poderiam comprometer a segurança dos investimentos no país. Os movimentos regionais e camponeses haviam se modificado, os camponeses já não aceitavam um governo autoritário e ampliaram suas reivindicações para além dos temas exclusivos da terra. Os movimentos regionais, por sua parte, que eram comandados por empresários e importantes personalidades da sociedade boliviana ganharam maior notoriedade com suas idéias e anseios que pareciam atender às necessidades do povo. Essa proximidade entre locais e regionais possibilitou que esses dois movimentos alcançassem maior representatividade nas decisões políticas nacionais, além de defender a reforma do Estado: descentralização política e democratização institucional pautavam suas propostas para essa reforma (WASSERMAN, 2004, p. 323).

Após vários governos populistas e ditaduras militares, que caracterizaram a Bolívia até 1985, o país começou a viver um regime democrático representativo. Através da ação coletiva, cujos ideais estavam fortemente ligados aos novos movimentos sociais, além de novas formas de diálogo e pluralismo político. Porém, para Andrade (2007), essa suposta democracia moderna não passa de um pacto

que exclui setores populares, indígenas e operários. Nas eleições de 1985, novamente o general Hugo Bánzer vence com 28,5% dos votos representando a Ação Democrática Nacionalista (ADN), contra 26,4% de Vitor Paz Estensoro, representante do MNR. Embora, Bánzer tenha sido um dos responsáveis diretos da instabilidade econômica e social no período de 1978-1982, sua defesa por reformas políticas, seu comprometimento com uma transição firme e segura para a democracia e sua aproximação e representação dos interesses dos grupos empresariais, fez dele o vencedor das eleições em 1985.

Por uma decisão do Congresso Nacional, apoiado pelo MIR e MNRI (partidos que no total somaram pouco mais de 15% dos votos) e com apoio dado pelo próprio Hugo Bánzer, o segundo colocado nas eleições, Paz Estensoro, assume a presidência em 1985. Em outubro desse mesmo ano, estabeleceu-se o *Pacto por la Democracia*, que tratava de organizar os parlamentares numa frente única com o objetivo de aprovar as reformas econômicas necessárias para o país sair da crise. A formulação desse pacto foi de extrema importância, pois possibilitou o progresso do desenvolvimento político na Bolívia. Nos termos do acordo, Bánzer e a ADN concordaram em dar suporte a NPE (Nova Política Econômica), a uma nova lei fiscal e refrear o desemprego. Em troca, a ADN receberia o controle de certo número de governos municipais e, também, o controle de algumas corporações estatais que dariam o patrocínio necessário para consolidar sua base organizacional. O MNR também concordou em apoiar as reformas. Mas mais importante que tudo isso, foi a possibilidade da ADN se posicionar estrategicamente para as eleições que estavam por vir em 1989. Num primeiro momento, o *Pacto por la Democracia* foi eficaz porque garantiu a Paz Estensoro uma base política a seu favor para implementar a NPE. Pela primeira vez, em anos, o Executivo era capaz de controlar as duas casas do Congresso. Em termos históricos, isso significou a criação de um mecanismo que superou o impasse entre o executivo e o legislativo (ZAMORA, 1989).

O restabelecimento da ordem democrática na Bolívia, através de um estado de direito, possibilitou uma reforma educacional, a reforma do poder judiciário, a criação de sistemas de participação e controle social, além da garantia da alternância de governos e liberdade de imprensa.

3 BOLÍVIA ANOS OITENTA

3.1 A mudança para o novo paradigma econômico

A América Latina passou por muitas transformações a partir dos anos 1980. Crise da dívida externa, fluxos crescentes de capital e um duro processo de ajustamento que possibilitaram aos países latino-americanos uma mudança no paradigma, uma consolidação da globalização em suas economias.

Na Bolívia não foi diferente, a adoção de uma nova postura e um novo modelo político-econômico se fez imprescindível. Quando se deu a crise da dívida, o governo não viu outra solução se não a de emitir moeda, conseqüentemente, deflagrou uma elevação vertiginosa da inflação. Coube ao MNR (partido que coordenara a Revolução de 1952) pôr em prática essa mudança na economia boliviana. O governo adotou uma estabilização ortodoxa radical com ajustamento dos preços relativos e achatamento salarial, um único elemento não ortodoxo foi adotado: o não pagamento da dívida externa (THORP, 1998). Essas e outras iniciativas tomadas pelo governo foram estabelecidas e melhor explicadas no novo plano chamado NPE (Nova Política Econômica). Em agosto de 1985, uma equipe econômica tratou de elaborar um dos pacotes econômicos de estabilização (a NPE) mais austeros da América Latina no período. O então presidente, Paz Estenssoro, assinou o Decreto nº. 21.060 que previa redução dos gastos do governo, liberalização do mercado, da moeda e do trabalho, além de privatizações de empresas estatais - essas mudanças radicais acenavam para a comunidade internacional que a situação havia mudado (WASSERMAN, 2004). A NPE representou uma mudança no Estado que antes atuava na promoção do desenvolvimento de um grupo específico do setor privado. Além disso, a NPE tinha uma função pacificadora entre os poderes Executivo e Legislativo do país. O MNR não possuía a maioria no Congresso e por isso, Paz Estenssoro aproveitou-se dessa nova política e do *Pacto por la Democracia* para superar o impasse que existia entre ele e o Congresso (*Encyclopedia of the Nations*, 2009).

Nessa nova política econômica adotada pela Bolívia, as conseqüências do fechamento de várias empresas privadas e dos empregos no setor público enxugados foram solucionadas, em parte, com a criação do Fundo Social de Emergência em 1986. Esse mesmo tipo de fundo já tinha sido utilizado pelo Chile nos anos 1970, que lá se chamava PAIT. A Bolívia foi o segundo país a adotar esse mecanismo para tentar superar o incremento do setor informal urbano.

Segundo Thorp (1998), os fatores que ocasionaram esse aumento do emprego informal são três: a) a reorganização das empresas de médio e grande porte; b) a conseqüente redução de empregos nessas empresas e c) e o maior uso da terceirização. Essa alteração na modalidade de emprego tornou ainda mais precária a situação da saúde, a evasão escolar aumentou, além da falta de regulamentos e contratos que também se agravou. Os mais atingidos foram as mulheres (que compunham cerca de 70% do mercado informal), os jovens, os indígenas e os migrantes. Para a autora, esses fundos foram realmente eficazes no curto prazo, porém, para o longo prazo, não seriam suficientes para atender às necessidades dessa parcela da sociedade marginalizada. A criação de empregos de forma desordenada, sem analisar precisamente as conseqüências dessa medida, pôs em situação delicada e de agravamento as instituições dos sistemas básicos de prestação de serviços. As tabelas 2 e 3 retratam essa situação do emprego e do subemprego na América Latina.

Tabela 2. América Latina: Indicadores Sociais (taxas anuais de crescimento e índice)

Indicador	1980	1985	1990	1995
Taxa de desemprego declarado (%)	6,7	10,1	8,0	7,8
Setor informal urbano (%)	40,2	47,0	52,1	55,7
Salários reais na indústria (índice)	100,0	93,1	86,8	96,3
Salário mínimo real (índice)	100,0	86,4	68,9	70,1
Gasto social <i>per capita</i> (índice)	100,0	90,0	94,0	
Domicílios pobres como % do total	35,0	37,0	41,0	39,0

Fonte: Tokman, 1997; CEPAL, Social Panorama of Latin America, 1995, 1996 Apud Banco Mundial.

Tabela 3. O subemprego como percentual da população economicamente ativa em 1980

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	México	Peru	Venezuela	América Latina
Urbano	28,2	74,1	35,4	29,1	40,4	51,6	31,1	41,4
Rural	6,8	50,9	18,9	7,4	18,4	31,8	12,6	21,0

Fonte: Wells (1987), tabela 2.1, pp. 96-97, baseado em estimações do PREALC

Com essa nova política econômica implementada, o principal objetivo foi alcançado: controlar a espiral hiperinflacionária. Entretanto, verifica-se que a economia crescia num ritmo muito lento, o mercado interno estava reduzido e fragmentado. Segundo Bulmer-Thomas (1998), esse reajuste econômico ocorrido na Bolívia e nos outros países da América Latina provocou uma recessão profunda. Entre 1980 e 1983, o PIB real decresceu em 11 países. Como a população crescia num ritmo de 2% ao ano, mesmo as nações que conseguiram um aumento modesto no PIB real, não conseguiram impedir o decréscimo do PIB per capita.

Observando a Tabela 4, percebe-se que a grande maioria dos países conseguiu recuperar parte da perda do PIB *per capita* da primeira metade dos anos 1980 para a segunda metade dos anos 1980, com exceção do Panamá e Haiti que continuaram a diminuir seu PIB *per capita*. A Bolívia, juntamente com o Chile e o Uruguai, foram os países que recuperaram o maior valor relativo do PIB *per capita*, isso se deve, de acordo com Bulmer-Thomas (1998), aos fundamentos e vigor das políticas de ajustes adotadas no início dos anos 1980. A América Latina como um todo, teve um decréscimo de -1,7% no período de 1981-1985, mas conseguiu recuperar parte dessa perda no PIB per capita na segunda metade da década de 1980, acumulando uma perda de -0,3%.

Tabela 4. PIB real *per capita* (em dólares em 1988)

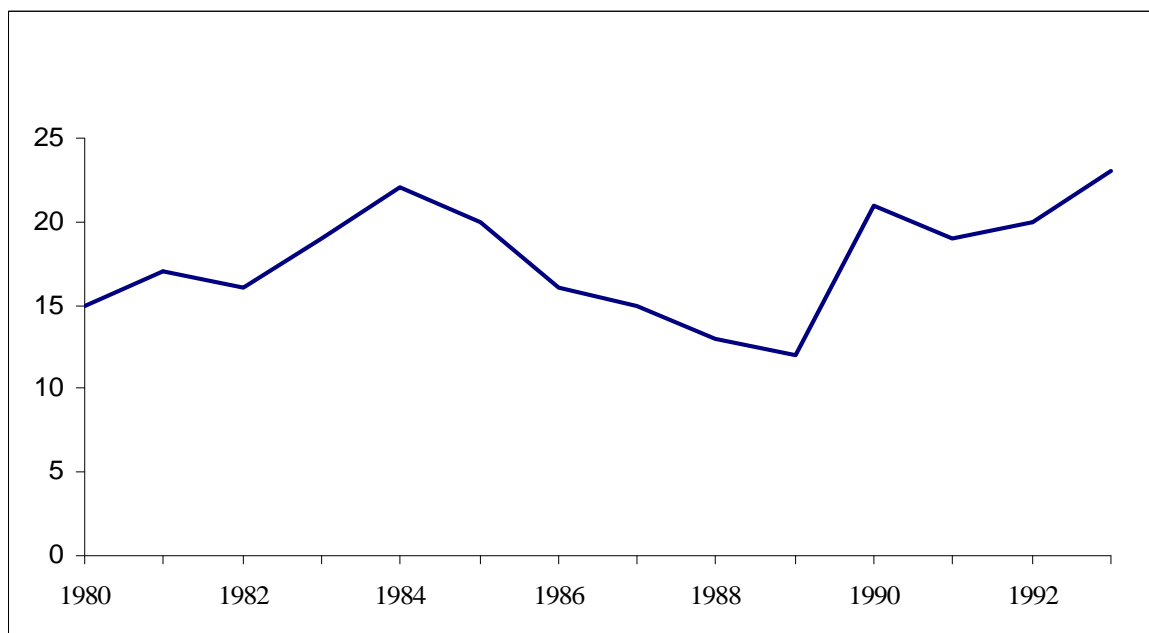
País	1981	1985	1990	variação anual %	
				1981-85	1985-90
Argentina	3228	2869	2672	-3,00	-1,40
Bolívia	1137	949	910	-4,60	-0,80
Brasil	2225	2235	2233	+0,1	0,00
Chile	2401	2043	2527	-4,00	+4,4
Colômbia	1254	1275	1455	+0,4	+2,7
Costa Rica	1687	1556	1679	-2,00	+1,5
Equador	1394	1305	1255	-1,70	-0,80
Haiti	336	305	263	-2,40	-3,00
México	2587	2364	2266	-2,30	-0,90
Panamá	2347	2363	1992	+0,2	-3,50
Paraguai	1641	1489	1557	-2,50	+0,9
Peru	1925	1608	1341	-4,60	-3,70
Uruguai	2883	2390	2755	-4,80	+2,9
Venezuela	3944	3351	3407	-4,20	+0,3
América Latina ¹	2209	2066	2034	-1,7	-0,3

Fonte: Banco Internacional de Desenvolvimento; BID (1992)

¹ Inclui Bahamas, Barbados, Guiana, jamaica, Siriname, e Trinidad e Tobago, mas exclui Cuba

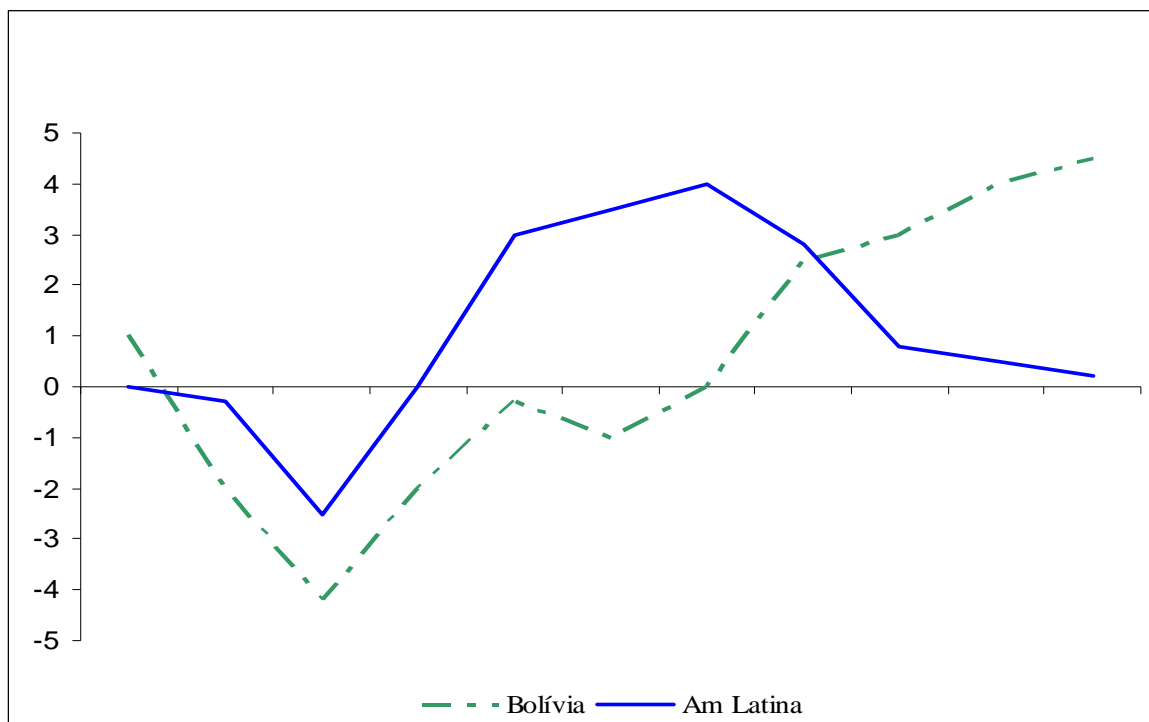
Comparativamente, no Gráfico 2, pode-se analisar melhor o PIB a preços Constantes na Bolívia e na América Latina na década de 1980. Até 1984, nota-se que os PIB seguiam uma trajetória semelhante, galgando por taxas negativas, mas com inclinação positiva. A partir de 1985, ano de implementação da NPE, há um descolamento das trajetórias. Percebem-se aí, os primeiros sinais das reformas adotadas na economia do país, um crescimento modesto, porém, antecipado ao do conjunto da América Latina. Embora a Bolívia ainda fosse fortemente dependente de investimentos diretos externos e da exportação das suas *commodities*, como mostra o Gráfico 1 (CUNHA, 2004).

Gráfico 1. Estoque de IDE sobre o PIB, Bolívia 1980-1993 (%)



Fonte: Base de dados da CEPAL (anuário estatístico), disponível em www.eclac.cl
Elaborado pelo autor (CUNHA, 2004)

Gráfico 2. Crescimento do PIB a Preços Constantes, 1981-1990 (%)



Fonte: Base de dados da CEPAL (anuário estatístico), disponível em www.eclac.cl
Elaborado pelo autor (CUNHA, 2004)

A dívida externa pública dos países latino-americanos cresceu vertiginosamente nesse período. O aumento das taxas de juros internacionais não deu muitas chances de manobras a esses países que estavam tomados no exterior. Na Tabela 5, pode-se verificar que houve um aumento significativo da dívida externa na Bolívia a partir de 1982 (*boom* da crise da dívida com a moratória do México) que passou de US\$ 2.802 milhões para US\$ 4.288 milhões em 1987, um aumento de 35% em apenas 5 anos. O peso do governo central, em relação aos governos locais e às empresas públicas e mistas, passou de 65% em 1983, do total que o setor público não financeiro representa na composição da dívida pública, para 90% em 1987.

Tabela 5 - Bolívia: Dívida Externa Pública (em milhões US\$)

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
1. Setor Público não financeiro	2468	2627	2824	2835	3031	3240	3966	3704	3078
A. Governo central	1532	1726	1915	2040	2497	2631	3589	3308	2686
B. Governos locais	63	61	67	67	14	12	15	18	19
C. Empresas públicas e mistas	613	589	591	484	398	450	180	186	170
Depósitos petrolíferos fiscais	258	250	250	242	120	145	180	190	201
2. Setor Público Financeiro	184	175	351	373	166	321	282	323	367
3. Setor privado com garantia	0	0	0	0	96	80	40	41	45
TOTAL	2652	2802	3175	3208	3294	3641	4288	4068	3490

Fonte: Banco Central da Bolívia – Instituto Nacional de Estatística

Em 1985, para agravar a situação boliviana, o preço internacional do estanho despencou gerando o fechamento de muitas minas estatais de estanho e a demissão de quase 30.000 mineiros. Além disso, a Bolívia permanecia com deficiência na articulação e relação com o mercado internacional. Essa deficiência é

bem representada na atividade produtiva da coca que é ilícita e sofre grande repressão por parte do governo boliviano e americano. O dilema está no fato de que esse é o cultivo mais tradicional da Bolívia, sustenta milhares de camponeses, embora alimente o narcotráfico internacional. Esse impasse expõe as dificuldades do governo boliviano em relação às dificuldades de solucionar os seguintes aspectos relevantes: relações internacionais (intensa intervenção na política interna da Bolívia por parte dos outros países), os problemas econômicos dos governos democráticos e as demandas dos movimentos sociais organizados (WASSERMAN, 2004).

Apesar dessa situação, a inflação controlada (como será visto mais adiante) e a estabilidade econômica e política davam, cada vez mais, legitimidade para esse “novo modelo” econômico com ação reduzida do Estado e o comércio liberalizado.

3.1.1 Hiperinflação e estabilização

Para enriquecer o conhecimento desse período de transformações na Bolívia nos anos 1980, é importante uma pausa na descrição cronológica que está sendo feita da história do país para aprofundarmos e esclarecermos alguns conceitos e fundamentos econômicos. Segundo Sachs (1986), a inflação na Bolívia nesse período é um caso peculiar e, talvez, o único caso na literatura de hiperinflação que não decorreu de uma revolução política, guerra mundial ou uma guerra civil. Em parte, a hiperinflação resultou de diversos choques que afetaram o país durante um período de muita instabilidade política. Um número impressionante de golpes, impasses eleitorais e governos provisórios conduziram a um volume extraordinário de chefes de estado após 1978.

Em outubro de 1982, Siles Suazo assumiu o poder num momento, como já foi descrito anteriormente, em que o cenário internacional não é nada favorável aos países latino-americanos: elevadas taxas de juros, queda no preço das *commodities*, acesso ao financiamento internacional bloqueado, entre outros fatores. Siles herdou uma inflação de 300% a.a. e uma economia retraindo em termos reais (o PIB recuou

6,6% em 1982). No entanto, várias propostas de estabilização foram implementadas, embora várias delas tenham sido criticadas pela opinião pública e pela oposição no Congresso. Uma exceção foram as medidas fiscais tomadas que não provocaram reações contrárias por nenhum grupo da sociedade, mas que ao final de 1984, deflagrou uma hiperinflação que implicou na antecipação das eleições. Para Sachs (1986) uma das mais importantes medidas para a estabilização foram os cortes nos investimentos públicos e posteriormente, o não pagamento do serviço da dívida. O autor também aponta que uma das justificativas para hiperinflação é que o aumento da taxa de inflação causou o colapso do sistema fiscal, com o total de receitas do governo caindo de 9% do PIB em 1981 para cerca de 1,3% do PIB na primeira metade de 1985. Ironicamente, no auge da hiperinflação em meados de 1985, o serviço da dívida estava praticamente eliminado. Com isso, um dos principais fatores da hiperinflação estava superado, contudo o sistema fiscal estava em desequilíbrio.

De acordo com Sachs (1986), num período de doze meses, de agosto de 1984 até agosto de 1985, os preços aumentaram cerca de 20.000% e, ao final deste período de hiperinflação, de maio de 1985 a agosto de 1985, a inflação bateu os 60 mil pontos percentuais. Como em outros casos de hiperinflação, o seu fim veio de forma abrupta. A eleição de Paz Estenssoro, a implementação da NPE e as expectativas de mudança nas políticas governamentais cooperaram para a queda, quase que milagrosa, da taxa de inflação. A agenda da NPE pela perspectiva macroeconômica aborda quatro elementos explícitos e um implícito, são eles:

- i. A desvalorização e subsequente flutuação controlada da taxa de câmbio e o compromisso com a conversibilidade da moeda atual nas contas capital e corrente;
- ii. Uma imediata redução do déficit fiscal por meio de um acentuado aumento dos preços no setor público (especialmente no preço do petróleo doméstico) associado ao congelamento dos salários dos servidores públicos;
- iii. Proposição de uma reforma tributária (promulgada oito meses depois pelo Congresso) para ampliar a base e as receitas tributárias;
- iv. Reescalonamento da dívida pública com os credores privados através de um acordo com o FMI.

Dentre esses quatro elementos que compunham a NPE, para Sachs (1986) o mais importante no curto prazo, foi o aumento dos preços dos produtos no setor público, que imediatamente aumentou o percentual das receitas do governo no PIB. O quinto elemento é a continuidade do não pagamento dos juros nem do valor principal da dívida junto aos bancos credores, embora a insistência do FMI fosse forte para retomar o pagamento do serviço da dívida.

O pacote teve o efeito desejado ao reverter o déficit orçamentário do governo. A combinação destes quatro elementos, além do quinto implícito, possibilitou o aumento das receitas públicas ao ponto de superar os seus gastos. Dentre as possíveis interpretações dessa queda vertiginosa da inflação na Bolívia, Thomas Sargent Apud Sachs (1986) traz duas possibilidades de explicação: segundo o autor, as expectativas da sociedade com as políticas públicas futuras, combinada com uma “mudança de regime”, são condições necessárias e suficientes para uma rápida deflação. Alternativamente, Sachs (1986) argumenta que a experiência boliviana destaca uma explicação mais simples. Em agosto de 1985, o dólar americano, e não o peso boliviano, satisfazia duas das três premissas clássicas da função da moeda: unidade de conta e valor de reserva. Os preços eram fixados explicitamente ou implicitamente em dólar, quando as transações ainda eram feitas em peso boliviano. Portanto, com a estabilização da taxa de câmbio, a inflação doméstica poderia ser feita para reverter para taxa de inflação em dólar americano.

Até 1986, o governo boliviano foi capaz de manter a taxa de câmbio controlada porque saiu de um déficit fiscal para o equilíbrio fiscal. Sachs, (1986) nesse momento, concorda com Sargent Apud Sachs (1986) a respeito das expectativas decorrentes de uma mudança na política fiscal com o objetivo de sustentar a estabilidade dos preços. Ele conclui que a estabilização da taxa de câmbio tem um papel importante para uma rápida queda da taxa de inflação, enquanto mudanças na política fiscal são necessárias para manter a taxa de câmbio estável ao longo do tempo. No entanto, não são em todos países que esse método funciona. No Chile, por exemplo, entre 1979 e 1981, a taxa de câmbio foi estabilizada, mas não houve uma rápida queda na taxa de inflação. Isso decorre do fato que a hiperinflação boliviana tinha uma causa diferente de outros países. Com os preços subindo cerca 50.000% ao ano, todos os vestígios de longo prazo da moeda doméstica desapareceram.

4. BOLÍVIA PÓS 1990: FIM DO AUGE ECONÔMICO

4.1 Contração econômica nos anos 1990

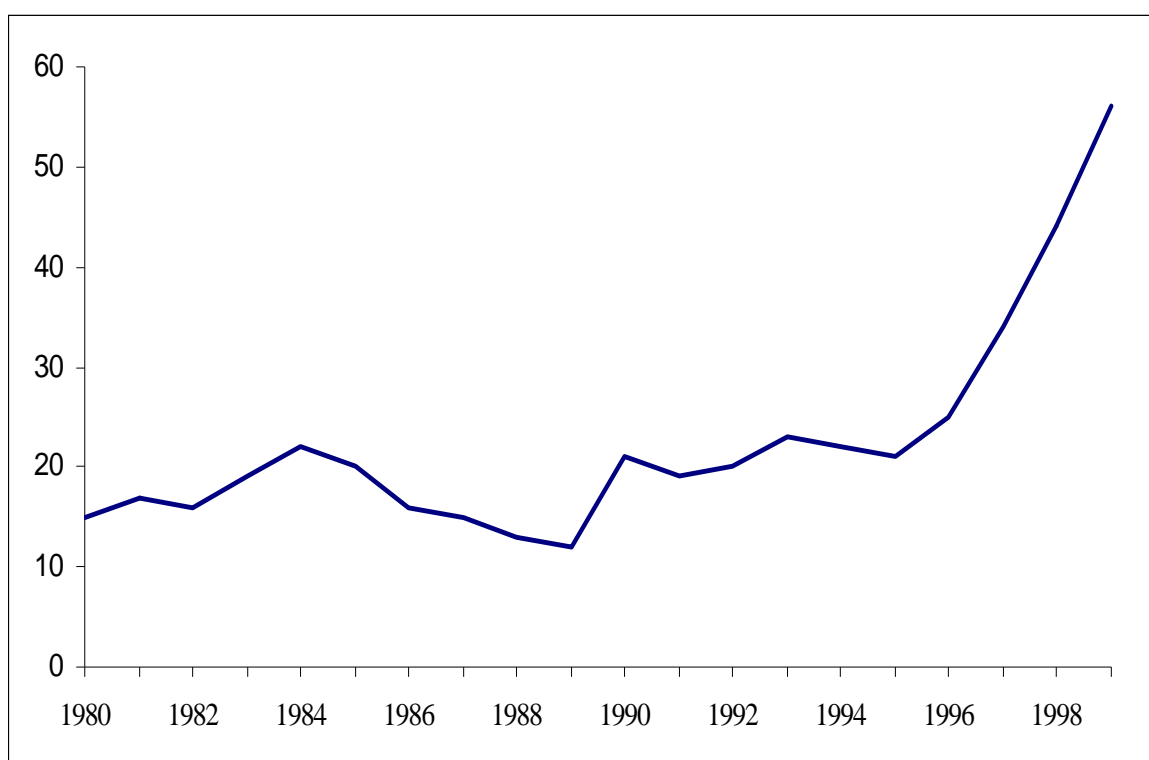
Dado o primeiro momento de vivência da nova estrutura e “paradigma” econômico na América Latina, iniciado nos anos 1980, os resultados começam a se mostrar favoráveis à estabilização e à consolidação da globalização dos países no continente latino-americano na década de 1990. O aprofundamento da integração dos mercados de bens, serviços e capitais têm caracterizado o desenvolvimento das economias internacionais. A liberalização comercial e financeira possibilitou aos países em desenvolvimento exercerem, novamente, atração de capitais privados.

Com a sucessão do presidente Estenssoro para a posse de Paz Zamora (1989 – 1993) através de votação do Congresso (Zamora ficara em terceiro lugar nas eleições, nenhum candidato obteve a maioria dos votos) percebe-se que no campo político o país ainda não espelha a vontade da população. Sem o respaldo da sociedade nesse governo, o processo de privatizações das principais empresas é dificultado. Apenas no governo seguinte, com Sánchez Lozada (1993 – 1997) a NPE é plenamente implementada como figurava no papel. Empresas do setor de telecomunicações (ENTEL), de transporte ferroviário (ENFE), de petróleo e gás (YPFB) e de transporte aéreo (LAB) foram capitalizadas em US\$ 1,7 bilhão. Embora não tenha sido chamada de privatização, esse foi um processo em que os sócios compraram, pelo menos, 50% do capital, além de terem assumido o controle administrativo delas. Claramente, estava caracterizada a privatização das mais importantes empresas bolivianas em setores estratégicos. O restante do capital estatal foi transformado em uma espécie de bônus social para a aposentadoria, no sentido de garantir uma renda no futuro: o chamado Bonosol (bônus solidário). Cada Bonosol, que poderia ser recebido por pessoas acima de 21 anos, eram administrados por fundos de pensões e lastreados pelas ações das antigas empresas estatais.

Nesse período, verifica-se na Bolívia um crescimento de 4,1% ao ano, enquanto a América Latina cresce à taxa de 2,6% ao ano. A inflação estava controlada e os déficits públicos eram contornados pelo aporte de investimentos

estrangeiros oficiais. Mesmo com as contas públicas em dia, a dependência da demanda por *commodities* primárias e da poupança externa permanecia. Observa-se que no decorrer da NPE, a participação da poupança pública aumentou de 10% do PIB entre 1981–1985, para 17% entre 1991-1998. No período entre 1990 e 1999, porém, constata-se que mais da metade dos recursos provenientes do setor público tinha origem no exterior, principalmente do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento dentre outros bancos multilaterais (CUNHA, 2004). O gráfico abaixo mostrar como se desenvolveu o IDE (Investimento Direto Estrangeiro):

Gráfico 3. Estoque de IDE sobre o PIB, Bolívia 1980- 1998 (%)



Fonte: World Investment Report Database Apud CUNHA, 2004.

A partir de 1992, a taxa de investimentos diretos estrangeiros tomou um rumo crescente em relação ao PIB, ficando acima da média dos 15% da década de 1980 e início dos anos 1990. Em comparação ao Brasil e ao México, por exemplo, o montante de capital estrangeiro em relação ao PIB como forma bruta de capital foi duas a três vezes maiores que nesses países. Esse fluxo intenso de IDE foi possível graças à criação de leis de incentivos fiscais às empresas estrangeiras, como a Lei de Investimentos de 1992 que garantia a isonomia entre as empresas estrangeiras e nacionais para efeitos tributários.

No período pós-privatizações, nota-se que o setor que mais cresceu foi o do petróleo e gás natural, chegando a representar 1/3 do potencial de crescimento do país, segundo o FMI (IMF Apud CUNHA, 2004). Em termos reais, esse setor cresceu 7,5% ao ano na década de 1990, contra 3,2 % da agricultura, indústria e comércio e 5% e dos setores de papel, construção civil, transportes e telecomunicações. Nesse sentido, a NPE concretizava a idéia inicial de reestruturação institucional para que o Estado regulasse os setores-chave e não mais atuasse na produção.

No âmbito das exportações, a tabela a seguir mostra a evolução dos dez principais produtos que compõe a pauta de exportações do país no período de 1980 até o ano 2001. Primeiramente, percebe-se que cerca de 80% das exportações está concentrada nesses dez produtos, sendo o gás natural o grande destaque a partir da década de 1990.

Apesar dos produtos primários ainda representarem uma parcela relevante na pauta de exportações e demonstrar que dependência nos setores intensivos em recursos naturais, verifica-se o avanço da diversificação das exportações após a implementação da NPE em 1985. Segundo dados do PNUD Apud Cunha (2004), as exportações na Bolívia cresceram num ritmo superior ao da renda real, chegando a média de 6% ao ano. Esse incremento no setor exportador é responsável por 40% da expansão da renda, o que vem ao encontro das expectativas da NPE. Na Tabela 6, é mostrado como a pauta de exportações estava composta nos anos de 1980, 1990 e 2001.

Tabela 6. Principais produtos de exportação da Bolívia

Mercadorias 1980	Part. (%)	Mercadorias 1990	Part. (%)	Mercadorias 2001	Part. (%)
Peças de estanho	22,1	Gás natural	24,6	Gás natural	17,9
Gás natural	21,5	Zinco e concentrados	15,9	Farelo e grãos semente	14,4
Estanho e concentrados	13,5	Peças de estanho	9,1	Zinco e concentrados	8,9
Prata e concentrados	11,4	Prata e concentrados	6,7	Ouro não monetário	6,7
Açúcar refinado	4,6	Bovinos	5,4	Óleo de soja	5,5
Tungstênio e concentrados	4,6	Chapas de metal brutas	5,1	Ligas de estanho	3,8
Zinco e concentrados	4,0	Madeira em tábuas	3,9	Prata e concentrados	3,6
Madeira em tábuas	2,2	Açúcar refinado	3,4	Petróleo cru	3,5
Produtos derivado petróleo	2,2	Estanho e concentrados	2,5	Escavadeiras, máq. de Terraplenagem, etc	3,4
Café	2,0	Couros (bovinos, etc)	1,8	Artigos de joalheria metais preciosos	3,0
Total produtos principais	88,1	Total produtos principais	78,4	Total produtos principais	70,7

Fonte: Anuário Estatístico CEPAL, Apud CUNHA (2004)

A dinâmica de comércio adotada a partir da NPE em 1985, segundo Cunha (2004), buscava, além de expandir o setor exportador, sua diversificação e novos destinos para esses produtos. Como já foi mencionada no capítulo anterior, a liberalização comercial ocorreu com a finalidade de ajustar os preços internos aos internacionais. No entanto, na década de 1990, o ritmo acelerado das exportações não foi compensado por um decréscimo na importação de produtos estrangeiros, ao contrário, as importações acumulavam um aumento de 280% de 1985 até 1998, ao passo que as exportações tiveram um incremento de 80% nesse mesmo ano.

Cunha (2004) apresenta na Tabela 7 o desempenho da poupança doméstica e do investimento doméstico bruto. Em relação à poupança doméstica, de 1999 até 2002 há um decréscimo de sua participação no PIB passando de 12,9% para 10,4%, sendo a poupança pública a responsável por essa queda: em 1999 atingia 2,9% e em 2002 praticamente havia zerado, representando apenas 0,1% do PIB. Um indicador que apresentou melhora, embora não muito relevante, foi a demanda

doméstica real que saiu de variações negativas para uma variação anual de 2,7. O PIB real também apresentou melhoras saindo de uma variação praticamente nula para uma variação de 2,5 ao ano.

Tabela 7. Desempenho recente da economia boliviana: indicadores selecionados

Indicador	Unidade	1999	2000	2001	2002
PIB real	var. % a.a.	0,4	2,4	1,2	2,5
Demanda doméstica real	var. % a.a.	-2,0	-0,1	-2,0	2,7
IPC (média do período)	var. % a.a.	2,2	4,6	1,6	0,9
Investimento Doméstico Bruto	% PIB	18,8	17,2	12,9	14,4
Público		5,1	5,3	6,0	6,2
Privado		13,7	11,9	6,9	8,2
Poupança Doméstica	% PIB	12,9	11,9	9,5	10,4
Pública		2,9	2,8	1,4	0,1
Privada		10,0	9,1	8,1	10,3

Fonte: FMI 2003 Apud Cunha (2004)

Na Tabela 8, o financiamento do setor público e a sua dívida são apresentadas no intervalo de 1999 a 2001. O financiamento externo, assim como o doméstico, tiveram incrementos nesse período, sendo que o externo cresceu cerca de três vezes em relação ao PIB. A dívida do setor público não financeiro, bem como na década de 1980, tem uma trajetória crescente a cada ano. No entanto, a composição dessa dívida sofreu alterações, tendo a dívida externa decrescido, aproximadamente, 14% e a doméstica praticamente dobrou, atingindo 19,4% do PIB.

Tabela 8. Desempenho recente da economia boliviana: indicadores selecionados

Indicador	Unidade	1999	2000	2001	2002
Financiamento do Setor Público	% PIB				
Externo		1,9	2,0	3,1	6,2
Doméstico		1,6	1,8	3,9	2,5
Dívida do Setor Público Não-Financeiro	% PIB	59,1	58,9	53,9	62,3
Externa		49,1	47,3	36,2	42,9
Doméstica		10,0	11,6	17,7	19,4

Fonte: FMI 2003 Apud Cunha (2004)

Na esfera social, com o MNR mais uma vez no poder em 1993 representado por Gonzalo Sánchez Lozada, é criado o “Plano para Todos”. Um projeto que engloba a reforma do ensino, assistência à maternidade, um programa de descentralização e o inovador programa de capitalização. Como já foi exposto anteriormente, cada cidadão na idade eleitoral tem direito a um “Bonosol” a partir dos 65 anos. Para Thorp (1998), ainda é cedo para tirar conclusões da troca do sistema de repartição para o de capitalização, mas algumas já são evidentes, entre elas, a de que uma parcela ínfima da população boliviana ultrapassa os 65 anos de idade, ou seja, para uma população que tem como expectativa de vida 61 anos, é um plano que traz poucos benefícios para os bolivianos. Além disso, os objetivos do “Plano para Todos” contemplam o incentivo ao desenvolvimento social associado ao mercado liberalizado, o que na prática só seria possível com a geração de um superávit expressivo nas empresas que foram privatizadas, até o momento, a maioria das pensões não foram pagas. Mas o mais importante a destacar, segundo Thorp (1998), é que esse plano não está apresentando uma solução para um dos maiores problemas da Bolívia: o desemprego. No final dos anos 1990, a economia gerava cerca de 70 mil novas vagas de emprego, porém, 90% delas eram para a atividade informal. Para agravar essa situação, a cada ano, ingressam mais de 200 mil pessoas no mercado de trabalho.

Na Tabela 9, é apresentada a distribuição da atividade principal da população de acordo com o sexo. No geral, tanto homens quanto mulheres concentram sua atividade principal na agricultura, pecuária e caça. Na seqüência, percebe-se uma

segunda categoria de maior concentração no grupo das mulheres: a atividade de vendas, seguida pela indústria manufatureira. No grupo dos homens, as outras atividades que se seguem à primeira são mais pulverizadas, contando com cerca de 10% cada categoria: indústria manufatureira, vendas e construção civil. Com estes dados comprova-se o que Thorp (1998, p.236) afirma: o “Plano para Todos” pouco tem ajudado a aumentar as vagas de emprego em atividades formais, segue-se o mesmo padrão da década anterior, com uma grande parcela da população na área informal e em setores que pouco produzem bens de valor agregado.

Tabela 9. Bolívia: distribuição da atividade principal da população de acordo com o sexo (1999 - 2001) em %

Atividade Econômica	1999	2000	2001
Homens			
Agricultura, pecuária e caça	39,14	39,60	45,48
Exploração de minas e pedreiras	2,19	2,30	2,14
Indústria manufatureira	12,06	11,10	9,89
Construção civil	10,49	11,50	8,70
Vendas	10,93	10,70	10,35
Transporte e Comunicação	8,57	7,00	7,51
Serv. Imobiliários e aluguéis	2,26	3,60	3,35
Administração pública	3,11	3,00	2,59
Educação	4,43	3,60	3,11
Serviços comunitários	2,25	2,50	2,15
Mulheres			
Agricultura, pecuária e caça	40,04	37,30	42,48
Indústria manufatureira	10,59	8,80	8,36
Vendas	22,68	22,60	20,15
Hóteis e restaurantes	6,42	6,80	6,58
Educação	4,90	5,70	5,14
Serviços sociais e de saúde	2,81	1,90	1,79
Serviços comunitários	2,24	3,50	3,14

Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Bolívia

Ainda no governo de Sánchez Lozada, as pressões populares tornam tensa a situação do país. Lozada que, embora tenha sido eleito pelo MNR, tem sua formação baseada na Escola de Chicago contrariando os anseios da população que

acreditara ter elegido um presidente com raízes nas idéias revolucionárias. Frente a essas pressões populares, o governo decretou estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais em 1995. No ano seguinte, o governo fechou mais um acordo com o FMI, pretendendo com esse financiamento implementar o programa “Reformas Estruturais” cujo objetivo é:

Garantir um crescimento auto-sustentado e competitividade internacional no marco de uma economia em que a empresa privada desempenhe um papel central (ARZE Cuadros *apud* Wasserman, 2004).

Embora a população tenha se organizado tentando impedir os novos ajustes e a privatização da principal e mais lucrativa empresa estatal a YPFB (*Yaciminetos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), seus esforços não foram suficientes para tal, o Senado de República acabou por aprovar a privatização parcial da YPFB. Outra medida tomada nesse novo programa foi o princípio da descentralização, cujo papel do município tornar-se-ia primordial, enfraquecendo assim os comitês e elites regionais que por sua influência recebiam mais recursos fiscais para suas regiões.

Dadas as principais reformas e políticas econômicas adotadas na Bolívia na década de 1990, é importante fazer o comparativo deste país com o continente em que ele está inserido. Analisando-se na Tabela 10 o peso do comércio exterior no PIB, a Comunidade Andina destaca-se diante dos países do Mercosul. Os países dos Andes mantiveram-se acima da média mundial no ano 1990, concentrando cerca de 37% do comércio exterior em relação ao seu PIB, contra 32,5% no mundo e 25% do Mercosul. Os dados do ano 2001, nesse mesmo indicador, mostram que a Comunidade Andina manteve um percentual maior (38%) que o Mercosul (28%), mas em contrapartida, a média mundial ampliou para 40% - o grande responsável por esse aumento na média mundial foram os países do leste asiático. Quanto ao investimento externo, a Bolívia teve um incremento substancial de 1990 até 2001, saltando de 3,1% para 15% do seu PIB. No Mercosul, esse percentual manteve-se consideravelmente estável, com a exceção do Uruguai que passou de 12,7% para 25,1% do seu PIB. Em relação ao IDE, a Bolívia obteve destaque no ano de 2001 quando alcançou a marca de 8,3% de investimentos diretos externos em termos percentuais, quando a média mundial e no Mercosul não ultrapassaram de 5,1% e 2,8%, respectivamente,

**Tabela 10. Indicadores de inserção externa de economias selecionadas
1990 - 2001**

	Comércio Exterior* % PIB		Comércio - PIB** (%)	Investimento Externo*** % PIB		IDE **** % PIB	
	1990	2001	1990-2001	1990	2001	1990	2001
MERCOSUL							
Argentina	11,6	17,5	6,4	8,2	18,4	1,3	2,2
Brasil	11,6	23,2	5,4	1,9	10,9	0,4	5,1
Paraguai	43,9	43,5	-2,4	5,4	5,2	1,5	2,3
Uruguai	32,7	27,4	3,8	12,7	25,1	0,0	1,7
COMUNIDADE ANDINA							
Bolívia	33,1	37,8	1,0	3,1	15,0	0,7	8,3
Colômbia	30,7	30,4	3,7	3,1	14,1	1,3	2,9
Equador	42,8	54,5	0,7	10,7	21,9	1,2	7,4
Peru	25,5	29,1	3,9	3,2	5,1	0,2	2,2
Venezuela	51,1	36,4	3,7	49,9	10,8	1,7	3,1
NAFTA*****							
México	32,1	54,2	9,8	9,2	7,9	1,0	4,6
MUNDO	32,5	40,0	-	10,3	21,6	2,7	5,1

Fonte: World Bank, 2003

(*) $X + M \div \text{PIB}$, onde X são exportações e M importações de mercadorias

(**) É a diferença entre taxa real de crescimento no comércio exterior (bens e serviços) e a taxa real de crescimento do PIB

(****) Fluxos brutos de investimento direto externo como proporção do PIB

(*****) Para fins de comparação, somente o México será considerado no NAFTA.

No que tange as transformações institucionais e o ambiente macroeconômico, Cunha (2003) conclui que as ações liberalizantes e as reformas estruturais realizadas com a introdução da NPE foram eficazes para combater a hiperinflação e, por algum tempo, promover a retomada dos investimentos e o crescimento acima da média da América Latina na década de 1980 e parte da dos anos 1990. No entanto, a Bolívia continua durante os anos que se seguem a crise da dívida, fortemente dependente das exportações de *commodities* e do financiamento externo. Fica de fora dessa considerável estabilidade econômica, um processo de crescimento com a capacidade de melhorar a distribuição de renda e reverter o quadro da pobreza.

Para Hofmeister (2004), a Bolívia passa por um processo de construção institucional motivado pelas experiências vividas e pela expectativa de um país mais moderno. Desde o ajuste estabilizador, a reforma teve certa continuidade, embora através de ciclos não constantes. Idéias liberais progressistas são o centro desse processo de construção, com objetivos de formar uma democracia institucionalizada, uma economia aberta na qual o Estado tem o papel de regular as atividades, proteger os setores mais vulneráveis e redistribuir a riqueza por meio de serviços sociais. No entanto, colocar em prática essas idéias mostra-se como um dos grandes desafios do país, uma vez que existe a tradição corporativista, nacionalista e estatista da população. Uma reestruturação municipal foi realizada com enfoque na descentralização e na redução na discricionariedade nas designações para prefeitos. O conjunto dessa reestruturação e das transformações na reforma institucional, de fato, modificou o orçamento fiscal. Pela ótica da renda, as transferências diretas foram, paulatinamente, cedendo espaço aos impostos; pela ótica dos gastos, os setores que aumentaram sua participação foram: saúde, educação e serviços sociais. Observa-se, também, que a ação intensiva e direta dos departamentos e municípios, a partir de então, passa a ter peso relevante nas melhorias alcançadas no âmbito da saúde e da educação. Resta ainda, ampliar a arrecadação de impostos que é feita por uma pequena parcela da população, uma vez que apenas através de grandes empresas e de funcionários assalariados acontece o recolhimento de impostos. A grande maioria da população não contribui, ou contribui de modo indireto por meio de taxas e tarifas (HOFMEISTER, 2004)

Avaliando-se alguns problemas sobre a mudança no paradigma econômico na Bolívia, Thorp (1998) aponta um aspecto relevante para essa análise: o tamanho e a instabilidade dos fluxos de capital. Para a autora, esse foi o centro da instabilidade macroeconômica e, quando os fluxos de capital assumem tamanha importância, as manobras políticas tornam-se mais limitadas. Manter as taxas de juros elevadas entra em confronto com a vontade de se promover investimentos. Em relação à sobrevalorização, ela é eficaz com vistas à estabilidade dos preços, mas somente no curto prazo, essa tendência à sobrevalorização associada aos influxos pode comprometer um plano traçado de incremento nas exportações. A autora levanta, também, outro problema, a composição da pauta de exportações do país, quase que exclusivamente, de produtos primários. Esse crescimento baseado em

recursos naturais desafia a necessidade de valor agregado a fim de tornar esses produtos exportados menos vulneráveis às oscilações naturais do meio ambiente. Além disso, há uma despreocupação com a crescente ameaça à natureza como a poluição, a contaminação e a exploração irresponsável dos recursos naturais.

Quanto à falta de políticas setoriais, Thorp (1998) diagnostica que as ações para promover a equidade são afetadas pelo aprendizado lento e pela complexidade dessa questão no campo político e econômico. Uma alternativa sugerida por ela são políticas econômicas com apoio ao setor das microempresas com potencial de exportação. Isso possibilitaria superar o desafio da dependência da exportação de produtos primários, estimulando a industrialização desses produtos. Por conseqüência, esse incentivo nas microempresas promoveria a criação de novos postos de trabalho - uma medida que beneficia o aspecto social.

A tabela a seguir, proporciona uma visão geral das principais reformas estruturais feitas no continente latino-americano. Verifica-se que a Bolívia teve destaque ao se antecipar no processo de estabilização perante aos seus vizinhos, tendo Chile e Argentina com os outros dois países que também propuseram políticas de reforma visando à estabilidade econômica ainda no início da década de 1980. Nos outros países, esse processo ocorreu a partir da década seguinte. Quanto à liberalização do comércio, a grande maioria dos países da América do Sul adotou políticas nessa esfera no decorrer da década de 1990. Em relação à reforma financeira e às privatizações, é notável a adoção de reformas quase que por todas as economias latino-americanas, mostrando que o Estado deixou de gerir setores até então exclusivamente estatais, como por exemplo, a energia e o petróleo. Por fim, as reformas trabalhista e previdenciária que praticamente não existiram na América Latina, demonstrando que ainda há esferas em que a complexidade política não foi superada.

Tabela 11. Políticas de Reforma Estrutural

	Estabilização	Liberalização do comércio	Reforma Financeira	Reforma Tributária	Privatização	Reforma Trabalhista	Reforma Previdenciária
1985 (ou antes)	Argentina (1978 e 1985); Bolívia , Chile (1975 e 1985); Costa Rica, Peru, Uruguai 1978	Argentina 1978 Chile (1975 e 1985); México, Uruguai (1978)	Argentina (1978) Chile (1975) Uruguai (1974 e 1985)		Chile (1974-78)	Chile(1979)	Chile (1981)
1986	Rep.Dom.	Bolívia Costa Rica	México				
1987	Guatemala Jamaica	Jamaica			Jamaica		
1988	México	Guatemala Guiana	Costa Rica Brasil Paraguai Guiana		Chile (por volta de 1988)		
1989	Venezuela	Argentina El Salvador Paraguai Venezuela	Chile Venezuela				
1990	Peru Rep.Dom.	Brasil Equador Honduras Peru Rep.Dom.	Bolívia Colômbia El Salvador Nicarágua Peru Trinidad e Tobago		Argentina	Colômbia Guatemala	
1991	Argentina Colômbia Guatemala Nicarágua Uruguai	Colômbia Nicarágua Uruguai	Honduras Guatemala Rep.Dom.	Argentina	Belize Guiana Jamaica Venezuela	Argentina Peru	
1992	Equador Guiana	Barbados	Argentina Jamaica Bahamas	Nicarágua Peru	Barbados México		
1994	Brasil	Belize Haiti Suriname	Barbados Belize Haiti	Equador Guatemala Honduras Jamaica Paraguai Venezuela	Chile Peru Trinidad e Tobago		Argentina Colômbia
1995	Suriname	Panamá		Belize Bolívia	Bolívia	Panamá	
1996		Bahamas					México Uruguai

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1997.

A integração da Bolívia no cenário internacional se dá, principalmente, no âmbito regional. Através da Comunidade Andina de Nações⁴, o país busca retomar a zona de livre comércio que existia até o ano de 1992 entre esses países do bloco. Participa também, no projeto de criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e é associado ao Mercosul. Para intensificar as relações dentro desses blocos, o país busca amenizar os efeitos das crises internas a fim de eliminar as restrições comerciais que essas trouxeram. A descoberta de grandes reservas de gás natural ao sul do país coloca a Bolívia no centro do plano de integração energética da América do Sul, juntamente com a Venezuela, que ocupa a primeira colocação no *ranking* dos países com as maiores reservas de gás natural. Além de configurar uma nova estratégia de desenvolvimento através do mercado de hidrocarbonetos. Em relação ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico, a Bolívia tem sido fortemente repreendida pelas organizações internacionais, em especial pelos EUA. Desde 1988 o país tenta erradicar o plantio de coca substituindo-a por outros produtos agrícolas para dessa forma, tentar se encaixar nas normas e leis de direito internacional e de direitos humanos.

Em relação aos vizinhos latino-americanos, a Bolívia concentra suas atividades com seus países limítrofes, sendo com a Argentina e com o Brasil as mais acentuadas relações. Com o Brasil os principais assuntos tratados são: a venda de gás natural, projetos de cooperação nos setores da comunicação e energia; com a Argentina as relações são mais intensas no comércio, embora das crises que afetaram a ambos. Além do pleito por uma saída pro mar e acordos sobre o comércio de gás natural e projetos no campo dos transportes. Com o Paraguai retoma o diálogo com intenções de acesso à bacia do Prata. Com o Peru, também mantém relações com o intuito de uma saída para o oceano. Em relação ao Chile, segundo Vizentini (2004), pouco se desenvolveu uma relação diplomática aceitável. Com os outros países do continente, raros são os contatos, apenas através dos acordos e protocolos básicos.

⁴ Comunidade Andina de Nações (CAN) é um bloco econômico sul-americano formado pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que até 1996 era chamado de Pacto Andino e surgiu em 1969 com o Acordo de Cartagena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa exposição das principais experiências e acontecimentos na esfera econômica da Bolívia serão apresentadas algumas possíveis justificativas para a atual situação do país.

O Capítulo I mostrou como a América Latina assume um novo papel no cenário internacional a partir da Segunda Revolução Industrial e a partir da década de 1980 com a adoção de um novo paradigma econômico. Até meados de 1970, o continente latino-americano era destino dos investimentos, assim como, as exportações eram o motor do crescimento, segundo Tavares (1977): um crescimento voltado “para fora”. A situação começa a se modificar quando fatores externos, tais como o choque nos preços do petróleo, a crise da dívida, entre outros, motivam uma mudança na maneira de organização e atuação do Estado e do mercado. A liberalização do comércio, a livre mobilidade dos capitais e um Estado menos presente atuando no comércio passam a caracterizar as economias. Uma espécie de receituário para implementação dessas idéias liberais é apresentada em Washington por dois economistas americanos.

De forma gradual, mas não homogênea, os países latino-americanos adotam essa forma de organização. A Bolívia destaca-se nesse grupo por ser um dos pioneiros a propor e implementar uma nova política econômica e social. Nesse sentido, o Consenso de Washington vem para sugerir algumas ações que os governos deveriam colocar em prática para que a situação se estabilizasse novamente. Na Bolívia, de forma radical, um novo plano econômico é colocado em prática, a partir de 1985, visando combater a hiperinflação e a superação da crise da dívida. Sachs (1986) aponta dois aspectos relevantes para o sucesso alcançado na estabilização da taxa de inflação: o aumento dos preços dos produtos públicos e o não pagamento do serviço da dívida. Nesse período, o país crescia a taxas acima da América Latina, embora o sucesso dessa nova política econômica não tenha se prolongado pela década seguinte. Pelos dados apresentados no Capítulo III, percebe-se que o crescimento e a diversificação da pauta de exportações não foram suficientes para resolver a questão do desemprego, da alta dependência das *commodities* e investimentos estrangeiros. As privatizações realizadas trouxeram benefícios no momento imediato a realização delas, como a criação do Bonosol,

embora a sociedade não concordasse com essa política de privatizações nos principais setores econômicos do país.

Como foi visto ao longo do trabalho, é quase um consenso na historiografia boliviana que sua história contemporânea está marcada pela Revolução de 1952. A busca de uma identidade cultural comum, a centralização do governo e uma resposta às guerras perdidas no passado motivaram camponeses, indígenas e operários a mudar a trajetória da Bolívia. A conquista da reforma agrária e a nacionalização dos minérios marcaram profundamente a história contemporânea do país. O poder de organização da sociedade boliviana foi preponderante para as transformações no campo político da nação. O processo de redemocratização após diversos golpes militares e governos provisórios passa a dar legitimidade e segurança para a retomada do crescimento econômico e a reforma das instituições a partir da década de 1980. Um país sem estabilidade política e com deficiências graves nas suas instituições compromete sua economia e esse foi caso da Bolívia até os anos 1970, quando os governantes estavam mais preocupados com suas chances de se manter no poder, do que promover o desenvolvimento do país.

A explicação para a atual situação da Bolívia se dá, em boa parte, pela composição étnica da população boliviana. Com uma parcela de quase 80% de origem indígena e governantes de origem branca, a representação dos ideais e desejos da população não é percebida. Enquanto camponeses indígenas e mineiros lutam por apoio e incentivos em seus setores, as decisões do poder político estão voltadas para o setor de gás natural, do petróleo e para o combate ao plantio de coca. O governo dos EUA em conjunto com outras organizações internacionais impõem aos bolivianos a erradicação das plantações de coca, mas não oferecem alternativas a ela. Além disso, não está sendo levado em conta que o plantio da coca é uma tradição da comunidade, serve de sustento para milhares de famílias que não têm alternativas de fonte de renda. Seria necessário que o governo boliviano desse apoio técnico e financeiro para a adoção de um plantio diferente. Há uma tentativa de substituição do cultivo da coca pelo de batata e milho, porém o relevo, a localização e a escassez de água do país não favorecem essa produção em grande escala. Não há meios de transporte e rodovias de qualidade que possibilitem o escoamento da produção para outros países. Ademais, trocar um

produto primário por outros igualmente sem valor agregado não traria retornos a quem dos que já existem.

A situação do isolamento geográfico também contribui para a difícil situação da Bolívia. A localização entre cordilheiras e a centralidade do território dificulta a comunicação com os mercados vizinhos e muito mais com países fora do continente. O custo de transporte aéreo ou por terra torna inviável a ampliação da produção para exportação. Uma exceção a essa dificuldade de escoamento é o gás natural, que através de dutos é transportado até o mercado destino, como é o caso do gasoduto Brasil-Bolívia. No entanto, ficar dependente de poucos produtos não é aconselhável para nenhuma economia.

Assim a composição étnica e a posição geográfica do país têm papel fundamental na explicação da situação atual da economia boliviana, pois permitem compreender como a falta da base política de apoio é relevante para o crescimento e desenvolvimento de uma nação. Hoje, a Bolívia possui um representante no Poder Executivo de origem indígena aimará: Evo Morales. Primeiro presidente que, etnicamente, é representativo da grande maioria da população. Não é objeto de estudo desse trabalho o período do governo Morales, mas é importante fazer menção a situação atual que é de certo fechamento de mercado e desgastes diplomáticos com outros países. Parece que não só a etnia é obstáculo para o desenvolvimento e crescimento do país.

Esse é o grande desafio da Bolívia hoje: superar as diferenças étnicas e geográficas. Através de boas políticas econômicas e um ambiente político estável é possível voltar a crescer com mais equidade social e distribuição de renda.

LISTA DE REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BANCO MUNDIAL, Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/BOLIVIAEXTN/0,,menuPK:322289~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:322279,00.html>.

Acesso em: 11/10/2009

BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CARDOSO, Eliana; Helwege, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CUNHA, André Moreira. Reflexões sobre a crise boliviana. In: **Indicadores econômicos FEE**. Porto Alegre Vol. 32, n. 3 (nov. 2004), p. 5-30: il.

_____, André Moreira. Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional. VILHENA, M. H. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004. 2 v. v.1, p. 465-518.

Encyclopedia of the Nations. Disponível em: <http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-1623.html> Acesso em: 15/10/2009

Furtado, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. 27. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2000, c1998.

GLAVANIS, Pandeli M.; Aragão, O.R. **Globalização e ajuste estrutural: impactos sócio-econômicos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFB, 2002.

GRONDIN, Marcelo. VILHENA, M. H. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004. 2 v. v.1, p. 330 – 338.

HOFMEISTER, Wilhelm. Bolívia: a construção da democracia e a evolução do processo político. VILHENA, M. H. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004. 2 v. v.1, p. 306 – 323.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL BOLIVIA. Disponível em: http://www.ine.gov.bo/html/visualizadorHtml.aspx?ah=Aspectos_Geograficos.htm.

Acesso em: 10/11/2009

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; Williamson, J. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e as reformas da América Latina**. Editora Saraiva, 2004. PNUD. In: VILHENA, M. H. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004, 2 v. v.1.

QUIROGA, Antonio Aranibar. A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI. In: **Política externa na América do Sul**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 135-158.

SACHS, Jeffrey D., **The Bolivian Hyperinflation and Stabilization** (November 1986). NBER Working Paper Series, Vol. w2073, pp., 1986. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=227263> Acessado em: 17/10/2009

SARGENT, Tomas J. In: SACHS, Jeffrey D., **The Bolivian Hyperinflation and Stabilization** (November 1986). NBER Working Paper Series, Vol. w2073, pp., 1986. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=227263> Acessado em: 17/10/2009

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TAVARES & MELIN. Ruptura do financiamento externo. In: CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.117.

THORP, Rosemary. **Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998.

_____, Rosemary. et al. **An economic history of twentieth-century Latin America**. New York: Palgrave Publishers, 2000

UNCTAD. **World Investment Report 2003**. United nations Conference on Trade and Development. Genebra, 2003. Disponível em: www.unctad.org

VIZENTINI, Paulo G F. As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e integração. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004. 2 v. v.1, p. 345- 383.

WASSERMAN, Claudia. Bolívia: História e Identidade. Uma abordagem sobre a Cultura e a Sociedade contemporâneas. VILHENA, M. H. In: **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG, 2004, 2 v. v.1, p. 319-341.

ZAMORA, Encyclopedia of the Nations. Disponível em: <http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-1623.html> Acessado em: 15/10/2009

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questão indígena na Bolívia

Uma das peculiaridades da Bolívia trata-se da sua identidade étnica. Formada em sua maioria por uma população indígena descendente do Império Colla, de língua aimará e pelo Império Inca, de língua quíchua, pode-se afirmar que, em algumas regiões do país, 90% da população é composta por uma dessas duas origens. O idioma falado também reforça esse peso da descendência indígena: 42,7% falam apenas o espanhol, falam espanhol e aimará 23,5% e espanhol e quíchua 34,3%. Segundo Grondin Apud Wasserman (2003), não só o idioma permanece vivo, os hábitos cotidianos e a permanente mobilização do debate sobre o direito dos povos à autodeterminação fazem arte do traço cultural indígena atual. Exemplo disso foi o levante de Tupac Katari que aconteceu no final do século XVIII, uma revolução motivada pelas condições de opressão aos quais as populações tinham sido submetidas e que até hoje servem de referência cultural, sobretudo para os camponeses. Mesmo com o processo de integração, tentado pela minoria branca, o debate sobre o problema da identidade étnica da Bolívia permanece.

Pelo Censo nacional de Povoamento e Moradia, realizado em 1992, 57,2% dos bolivianos vivem em cidades com pelo menos 10 mil habitantes. Sendo que a população rural é representada por 42,5% e quase a totalidade desse valor é composta por descendentes indígenas. No entanto, os que se identificam como indígenas diferem em dois estudos: pela Cepal, 81,2% da população boliviana é indígena, já pelo Censo, 61,21% se auto-identificam indígenas. Estes levantamentos foram realizados, respectivamente, em 2000 e 2001. Hoje, os índios bolivianos são identificados pelas demandas camponesas, especialmente às relacionadas à preservação dos cultivos tradicionais e dos recursos naturais, como a água e o gás. Essas demandas representam, segundo Wasserman (2003), uma perspectiva de desenvolvimento econômico por parte dos movimentos sociais organizados. Sobretudo uma alternativa ao modelo “neoliberal”, que preserva e reconstrói um ambiente que os bolivianos lutaram.